



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

INSTITUTO DE BIOLOGIA

CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

ORGANIZAÇÃO POPULAR E AGROECOLOGIA:

Relato de experiências do Trabalho de Base para transição agroecológica em comunidade do MST,
Assentamento Paulo Jackson, São Sebastião do Passé/BA.

THALES CORDEIRO DE FREITAS

Salvador

2020

THALES CORDEIRO DE FREITAS

ORGANIZAÇÃO POPULAR E AGROECOLOGIA:

Relato de experiências do Trabalho de Base para transição agroecológica em comunidade do MST,
Assentamento Paulo Jackson, São Sebastião do Passé/BA.

Monografia apresentada ao Instituto de
Biologia da Universidade Federal Bahia
como exigência para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Biológicas.

Orientadora: Professora Dra. Maria
Aparecida José de Oliveira.

Salvador

2020

Data da Defesa: 10/12/2020

Banca Examinadora

Maria Aparecida José de Oliveira

Universidade Federal da Bahia

Celi Nelza Zulke Taffarel

Universidade Federal da Bahia

Ubiraneila Capinan Barbosa

Universidade Federal da Bahia

RESUMO

O presente trabalho trata da transição agroecológica realizada em uma comunidade organizada no MST, denominada Assentamento Paulo Jackson, mas conhecida por Comunidade Bento, localizada em São Sebastião do Passé/BA. Investiga os procedimentos adotados na comunidade, no período compreendido entre 2017 e 2020, sob a orientação do Coletivo NEPPA e seus resultados na produção de alimentos saudáveis, produzidos sob a base agroecológica. A pergunta síntese da investigação partiu da problematização da relação do ser humano com a natureza, a fim de levantar possibilidades de transição da agricultura convencional para a transição agroecológica. As questões da pesquisa foram: Quais as orientações que o NEPPA desenvolveu com a comunidade? Quais as iniciativas adotadas no assentamento? Quais os resultados alcançados? Quais as implicações para a formação de profissionais que atuarão em áreas de reforma agrária? Após o acompanhamento do trabalho, dos registros sistemáticos, das iniciativas adotadas, através de cadernos de campo, registros fotográficos e filmes, os dados foram sistematizados e discutidos a partir da teoria da transição agroecológica. Como resultado, constatamos que houve a implantação de uma nova horta coletiva seguindo as práticas agroecológicas. Foi construído um sistema de irrigação alternativo para a horta coletiva e a organização de duas feiras livres, melhoramento da comunicação remota nas comunidades. Verificou-se que: a comunidade pratica a substituição total de insumos (agrotóxicos e fertilizantes sintéticos); está auto-organizada e comercializa os produtos em feiras livres, escoando sua própria produção, sem intermediário; trabalha para preservar o meio ambiente com medidas agroecológicas. Concluimos, a partir do presente estudo, que a transição agroecológica é possível, mas prescinde de comunidades que lutem pela Reforma Agrária e a Agroecologia, que assumam tais práticas, de apoio técnico e tecnológico, de políticas públicas, de condições de comercialização solidária dos produtos. Concluimos, também, que este conteúdo a respeito da Reforma Agrária, da Agroecologia e da Transição, deverá constar na formação de biólogos, de um Programa de Transição do qual conste as principais reivindicações dos trabalhadores da cidade e do campo. Por fim, reconhecemos a necessidade de uma consistente formação para a atuação na perspectiva da emancipação humana para alterar o modo de produção da vida e das relações ser humano-natureza.

Palavras-Chaves: Agroecologia; Transição Agroecológica; Soberania Alimentar; Políticas Públicas; MST; Biologia.

ABSTRACT

The present work deals with the agroecological transition carried out in a community organized in the MST, called the Paulo Jackson Settlement, but known as the Bento Community, located in São Sebastião do Passé / BA. It investigates the procedures adopted in the community, in the period between 2017 and 2020, under the guidance of the NEPPA Collective and its results in the production of healthy foods, produced under an agroecological basis. The research synthesis question started from the problematization of the human being's relationship with nature, in order to raise possibilities of transition from conventional agriculture to the agroecological transition. The research questions were: What guidelines did NEPPA develop with the community? What initiatives have been taken in the settlement? What results have been achieved? What are the implications for the training of professionals who will work in areas of land reform? After monitoring the work, the systematic records, the initiatives adopted, through field notebooks, photographic records and films, the data were systematized and discussed based on the theory of agroecological transition. As a result, we found that a new collective garden was implemented following agroecological practices. An alternative irrigation system was built for the collective garden and the organization of two open fairs, improving remote communication in the communities. It was found that: the community practices the total substitution of inputs (pesticides and synthetic fertilizers); it is self-organized and sells products in open markets, selling its own production, without an intermediary; works to preserve the environment with agroecological measures. We conclude, from the present study, that the agroecological transition is possible, but it does not need communities that fight for Agrarian Reform and Agroecology, that assume such practices, of technical and technological support, of public policies, of conditions of solidary commercialization of the products . We also concluded that this content regarding Agrarian Reform, Agroecology and Transition, should be included in the training of biologists, in a Transition Program which contains the main demands of workers in the city and in the countryside. Finally, we recognize the need for consistent training to act in the perspective of human emancipation to change the way of production of life and human-nature relationships.

Keywords: Agroecology; Agroecological Transition; Food Sovereignty; Public Policy; MST; Biology.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a todos os Òrişàs e guias espirituais, que sempre me deram força, clareza e caminho.

Agradeço a minha mãe Conceição e minha avó Valdice, por me fazerem o homem que sou e por demonstrarem todo seu amor por mim, mesmo distantes.

Agradeço a meu tio Valdson, por ser o trovão que estremece as incertezas no meu caminho e que me dá força para vencer as batalhas.

Agradeço a Camila, minha grande companheira por ser o pilar mais forte que a vida me deu há 3 anos. **O amor é a revolução mais profunda que existe.**

Agradeço a Dona Sônia e Seu Franckly, por se tornarem minha segunda família.

Agradeço a Leandro e Thaisa, por, mesmo distantes, se fazerem tão presentes na minha vida, me dando forças das mais diferentes formas.

Agradeço a tia Beth, por sempre ser a sabedoria e a calma que me pegam pela mão no momento em que eu mais preciso.

Agradeço a toda a minha família, por me ensinarem a força que os laços sanguíneos possuem.

Agradeço a Diego, por ser o parceiro que a rua e luta me deram.

Agradeço ao Mestre Dnei, por me ensinar o valor da ancestralidade e por fazer viver em mim os ensinamentos de M. Pastinha, “capoeira é tudo que a boca come”.

Agradeço a Marcelo pelo direcionamento e crescimento espiritual.

Agradeço a toda companheirada do NEPPA, por estar ombro a ombro comigo travando as mais árduas e ao mesmo tempo divertidas batalhas em prol de uma vida livre e justa. Sem vocês, minha caminhada perderia boa parte do sentido.

Agradeço a cada Sem Terra do MST, em específico aos moradores do Bento e Recanto. Primeiramente, porque sem eles este trabalho não seria possível. E, mais do que isso, por me permitirem lutar lado a lado, ombro a ombro com eles, as batalhas da vida. Por mostrarem na prática que a utopia é possível. E por sempre me receberem com o sorriso

e a xícara de café mais gostosos que eu já provei na vida, pois o amor do povo é o tempero mais belo que existe.

Agradeço a Profª. Drª. Maria Aparecida, por me orientar com paciência e sabedoria nesses tempos pandêmicos tão desafiadores.

Agradeço a Profª. Drª. Celi Taffarel por ser uma verdadeira companheira na revolução do povo. Sua dedicação à luta do povo é fonte de inspiração para mim.

Agradeço a Universidade Federal da Bahia e ao Instituto de Biologia pela minha formação.

“Aprendi que independente depende de muita gente.”
(Ramonzin)

**“LUTAR, CONSTRUIR REFORMA AGRÁRIA POPULAR!”
(MST)**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2.1. O CAPITALISMO NA AGRICULTURA BRASILEIRA	17
2.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPESINATO BRASILEIRO	19
2.4. AGROECOLOGIA: “A NOVA SAÍDA”	22
2.5. MST E AGROECOLOGIA	27
2.6. O NEPPA	28
2.7. EDUCAÇÃO POPULAR E TRABALHO DE BASE	34
2.7.1. Planejando o Trabalho de Base	35
3. METODOLOGIA DO TRABALHO DE BASE	37
3.1. O ASSENTAMENTO	37
3.2. PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO	40
3.3. OFICINAS PEDAGÓGICAS	42
3.4. ORGANIZAÇÃO DAS IDAS A CAMPO	44
3.4.1. Pré-ida a campo	44
3.4.2. Ida a campo	45
3.4.3. Pós-ida a campo	45
4. OS FRUTOS DO TRABALHO DE BASE	47
4.1. O CAPITALISMO E OS ENTRAVES DO TRABALHO DE BASE	47
4.2. PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS	49
4.2.1. Biofertilizante	49
4.2.2. Implantação do sistema de irrigação	51
4.2.3. Microorganismos Eficiente (E.M.)	56
4.3. AGROECOLOGIA, O ESTADO E AS FEIRAS AGROECOLÓGICAS	60

4.4. CAMINHOS PARA A TRANSIÇÃO	66
4.5. O PAPEL DO BIÓLOGO	71
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	75

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Proporção da agricultura familiar na produção total de alimentos por estado.....	22
Figura 2: Organização do NEPPA em brigadas.....	30
Figura 3: Organização do NEPPA em frentes de trabalho.....	31
Figura 4: Organização do NEPPA em frentes por movimentos sociais.....	31
Figura 5: Organização do NEPPA por comunidades.....	32
Figura 6. Mapa da Localização do Assentamento Paulo Jackson/comunidade do Bento.....	38
Figura 7: Mapa do assentamento Paulo Jackson/comunidade do Bento.....	39
Figura 8. Produção de hortaliças na horta coletiva do Bento.....	40
Figura 9: Oficina com o coletivo de produção do Bento entorno da auto-organização do grupo.....	43
Figura 10: Mutirão dos assentados junto ao coletivo NEPPA, para limpeza das leiras na horta coletiva do Bento.....	43
Figura 11: Mutirão dos assentados junto ao coletivo NEPPA, para confecção do biofertilizante. Colocação dos ingredientes pelas assentadas do Bento.....	50
Figura 12: Mutirão dos assentados junto ao coletivo NEPPA, para confecção do biofertilizante. Mistura dos ingredientes e finalização do biofertilizante pelo integrante do coletivo NEPPA no BENTO.....	50
Figura 13: Mutirão dos assentados junto ao coletivo NEPPA, para construção do biofertilizante na comunidade do Recanto da Paz.....	51
Figura 14: Projeto (croqui) de implantação do sistema de irrigação, horta coletiva e calçadão do Bento.....	53
Figura 15: Mapa do projeto do sistema de irrigação para horta coletiva do assentamento Bento.....	53

Figura 16: Mutirão dos assentados junto ao coletivo NEPPA, para construção do calçadão do Bento.....	54
Figura 17: Implantação do calçadão na comunidade do Bento.....	54
Figura 18: Material de divulgação da rifa para implantação do sistema de irrigação do Bento.....	55
Figura 19: Material de divulgação do resultado da rifa para implantação do sistema de irrigação do Bento.....	55
Figura 20: Oficina com o coletivo de produção do Bento sobre o que são microorganismos eficientes e como produzi-los.....	57
Figura 21: Colocação de arroz em pedaço de bambu para confecção de E.M. em área de mata no Bento.....	57
Figura 22: Confecção de E.M. a partir de arroz posto na garrafa PET e condicionado na caixa de papelão.....	58
Figura 23: Visão área de experimento móvel para confecção de E.M. após 15 dias.....	59
Figura 24: Visão do recipiente contendo arroz para confecção de E.M. após 15 dias.....	60
Figura 25: Feira da Agroecológica da Reforma Agrária na UFBA.....	62
Figura 26: Feira da Agroecológica da Reforma Agrária na UNEB.....	62
Figura 27: Material de divulgação do sistema de entrega das feiras.....	64
Figura 28: Sistema de entregas da produção agroecológica, durante a pandemia na UFBA.....	65
Figura 29: Sistema de entregas da produção agroecológica, durante a pandemia na UNEB.....	65
Figura 30: Ataque de praga na horta coletiva do Bento.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Alguns dos cultivos mais comuns na comunidade Bento.....	41
Quadro 2: Estruturação das atividades de ida a campo.....	46

1. INTRODUÇÃO

Desde o final do século XX, que estudos apontam a entrada do planeta Terra numa crise ambiental sem precedentes: o aumento do efeito estufa, o degelo das geleiras nos Pólos, com conseqüente aumento do nível do mar, da temperatura mundial, a morte da flora, fauna e ecossistemas inteiros. Esses e muitos outros problemas são conseqüências dessa crise (MOLION, 2008). Segundo Mészáros (2002), o sócio-metabolismo do capital e sua expressão atual através do imperialismo, os oligopólios, os monopólios, a política ultra-neoliberal e o Estado de Exceção, estão destruindo o meio ambiente, a soberania das nações, as constituições, os direitos e conquistas, a democracia e, gerando crises cada vez mais destrutivas. O Capital não convive com preservação do meio ambiente, com direitos de trabalhadores e trabalhadoras, com a democracia. Atualmente o Brasil enfrenta uma série de queimadas que ameaçam vários biomas no país, concentrando-se principalmente no Cerrado, pantanal e na Floresta Amazônica. Sabemos que essas queimadas estão relacionadas aos modos de produção agrícola hegemônico do país, que entende de forma errônea a necessidade de desmatar à aumentar a área para monocultivo de algumas espécies de interesse comercial para exportação. E como biólogo e cidadão, vejo este cenário de degradação com pesar, pois ações antrópicas dessa natureza ameaçam nossa soberania, principalmente a soberania alimentar, pois somos um país com grande diversidade biológica, por possuímos um patrimônio genético incomparável nos diferentes ecossistemas e grande diversidade de habitats (FACHIM, GUARIM, 1995).

Em contraponto a forma de produção baseado na degradação humana e dos ecossistemas, surge a agroecologia que tem como princípios o conhecimento ancestral que preza pela multiplicação da vida, conservação da biodiversidade local. Nesse sentido, Oliveira et al. (2020) define agroecologia como um movimento social para a soberania e o bem viver dos povos no campo e na cidade, em que os discursos e as ações agroecológicas fornecem as ferramentas necessárias para que esses sujeitos tenham participação ativa durante o processo da transição e desenvolvimento agroecológico.

A agroecologia também é considerada uma ciência de natureza multidisciplinar, que tem seus princípios, conceitos e metodologias voltados para avaliar

agroecossistemas, visando a implantação e o desenvolvimento de uma agricultura com maior sustentabilidade (ALTIERI, 1989). No entanto, a agroecologia não deve ser definida apenas como um conjunto de práticas agrícolas ambientalmente amigáveis (CAPORAL, COSTABEBER, 2002), mas sim como uma ferramenta de retomada e desenvolvimento da soberania e do bem viver dos povos. Ao se incorporar como um discurso político de ativismo das boas práticas (de sustentabilidade) no campo e na cidade, as ações agroecológicas fornecem as ferramentas necessárias para que os povos e as comunidades tenham participação ativa durante o processo da transição agroecológica (CAPORAL, COSTABEBER, 2002).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos maiores movimentos de luta pela terra na América Latina, sendo um movimento popular e organizado, que reconhece a importância dos esforços para a transição agroecológica. As iniciativas da educação agroecológica do MST prometem impulsionar a transição para as sustentabilidades (MEEK, 2016).

Nos anos 90, iniciou-se a discussão sobre a transição do MST para a agroecologia, no 3º Congresso Nacional do MST em 1995 e o movimento exigiu apoio político para a agroecologia (MEEK, 2016). No Congresso Nacional de 2007, realizado em Brasília, a agroecologia foi formalmente adotada como base para o MST. Nesse contexto, os movimentos sociais do campo e da cidade buscaram na agroecologia uma ponte real para contrapor os modos de produção capitalista. O ativismo agroecológico do MST surgiu como parte de uma mudança teórica e prática dentro do movimento, visando buscar formas de produção agrícola coletiva que valorizasse o conhecimento ecológico camponês tradicional e as tradições familiares de trabalho (LEFF, 2002; FLORIANI, 2010), pois a ação coletiva é o “motor da transição agroecológica” (COSTABEBER, MOYANO, 2000, p. 58).

Nesse contexto, o Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias (NEPPA) surgiu devido à necessidade de auxiliar política e pedagogicamente os movimentos sociais. Ademais, a assessoria também se debruçou em torno da produção agrícola, assim como das políticas públicas relacionadas à questão agrária na Bahia. A assessoria político-pedagógica que o coletivo presta tem se concentrado, historicamente, em comunidades organizadas no MST, porém houve também o acompanhamento de comunidade de outros movimentos sociais. Conforme o Movimento Sem Terra foi

difundindo a importância dos trabalhos voltados para a produção agroecológica, o coletivo passou a massificar seu trabalho de Educação Popular em associação à mesma temática.

Com o fim do regime militar no Brasil, houve a reorganização de lutas por vários direitos, dentre os quais estava inserida a luta pela educação, em específico pela Educação do Campo. Com a Constituição Federal de 1988, o conceito de “educação básica” passou a evidenciar um debate já difundido pelos movimentos sociais. E na década de 1990, houve uma reconfiguração e consolidação da pauta pela universalização do direito à educação e outros tipos de educação (educação de jovens e adultos – EJA, educação especial, educação do campo). Ampliando assim, naquela época, as conquistas relacionadas à temática. O mundo rural possui especificidades determinadas por sua territorialidade em associação à cultura, religião, artes, práticas de produção e outras práticas sociais. E, movimentos sociais como o MST tem papel histórico na negociação de políticas educacionais que incluam tais especificidades (CALDART et al., 2012). Dessa maneira, é preciso reconhecer que a Educação do Campo, conforme defendida pelo Movimento do MST, implica, além da Educação Popular, pelo e no movimento de luta social a defesa da função social da escola onde cabem, sim, as questões da Reforma Agrária, da Agroecologia e, a transição para superarmos o sociometabolismo do capital.

Durante a minha graduação, marcou-se também a trajetória de um ser humano que, por não concordar com a maneira como o mundo se organiza, somou forças a pessoas que comungam com o mesmo ideal de reivindicar um mundo justo. Assim, em 2017, minha história foi marcada pela inserção na militância do coletivo NEPPA, onde tive a oportunidade de vivenciar diversos trabalhos que construíram e constrói a ponte para novas possibilidades.

Buscando entender o papel do biólogo no contexto da agroecologia, durante três anos desenvolvi atividades em torno da produção coletiva de hortaliças no Assentamento Paulo Jackson, localizado na zona rural do município de São Sebastião do Passé/BA. Experiência esta relatada aqui neste estudo.

A partir de então, delimitou-se o problema da investigação na seguinte pergunta-síntese: considerando a necessidade histórica de alterar a relação ser humano-natureza, em especial nas práticas da agricultura, como vem ocorrendo a implementação da concepção de agroecologia em uma área de Reforma Agrária do MST na Bahia e quais os resultados e contribuições advém dessa experiência para a transição agroecológica?

Tendo assim, as seguintes questões específicas: 1- Como as práticas agroecológicas vieram ocorrendo no assentamento Paulo Jackson? 2- Quais os resultados destas práticas? 3- Quais as contribuições dessas práticas para a transição agroecológica? 4- Quais as contribuições destas práticas para a formação humana, em especial a formação de biólogos?

Dessa maneira, este trabalho teve como objetivo geral: relatar atividades realizadas pelo coletivo NEPPA, no período de 2017 a 2020, visando a transição agroecológica do assentamento Paulo Jackson, comunidade do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). E como objetivos específicos: Definir o conceito de agroecologia utilizado pelos movimentos sociais; o papel do biólogo no processo de transição agroecológica; evidenciar o papel do Estado no desenvolvimento da agroecologia e a relação entre o modo de vida capitalista e as dificuldades do trabalho de base.

2. O BRASIL AGRÁRIO E A DISPUTA ENTRE MODELOS DE SOCIEDADES

2.1. O CAPITALISMO NA AGRICULTURA BRASILEIRA

A degradação dos biomas brasileiros como o Cerrado, Mata Atlântica e Amazônia está diretamente associada à atividade da agropecuária, tendo a produção de soja como foco para exportação (DOMINGUES, BERMANN, 2012). Delgado (2012 apud. CARNEIRO, et al. 2015), coloca que há uma superexploração dos recursos naturais brasileiros para a produção de *commodities* (soja, algodão, carnes/rações, celulose/papel, etanol/açúcar, ferro, café, laranja, tabaco, alumínio, manganês, bauxita e petróleo). Isto se dá de forma comprovada pelo IBAMA através de violações sistemáticas das normas ambientais-florestais que regem os limites de Área de Reserva Legal (no caso, florestas) e de Área de Preservação Permanente (no caso, mata ciliar de topos e encostas de morro). Ele ainda prossegue afirmando que a superexploração ocorre porque há uma pressão do mercado externo para o aumento exponencial do volume de *commodities* a serem disponibilizadas para o comércio. Por isso, os grandes capitalistas agrários concentram as terras (concentração fundiária), para degradá-las e expandir a produção agropecuária de *commodities*. E ainda, segundo o autor, há duas formas de degradação: a primeira ocorre devido às queimadas e desmatamentos em detrimento do aumento das áreas de plantio. E a segunda, através do uso de agrotóxicos na lavoura, o qual vem se intensificando desde a década de 2000.

Uma importante forma de preservar o meio ambiente e desconcentrar a renda no país se dá exatamente através da distribuição de terras, também conhecida como Reforma Agrária. A humanidade tem diversas experiências importantes a respeito desta. Há as reformas agrárias clássicas que ocorreram nos Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental. Há as reformas agrárias reformistas que na América Latina e no Egito. Há também as reformas agrárias radicais do México e da Bolívia. E também podem ser citadas, as reformas agrárias populares que ocorreram na China, Vietnã e Cuba. Todas estas experiências demonstram que o fortalecimento de uma sociedade, inclusive no seu aspecto econômico perpassa por uma reconfiguração fundiária, até mesmo dentro da sociedade capitalista (STÉDILE, 2020).

Na década de 1960, a Revolução Verde que surgiu após a Revolução Industrial, teve como objetivo absorver no campo as tecnologias desenvolvidas na indústria (COSTABEBER, 1999), trazendo um modo de produção agrícola fundamentada no monocultivo, nas grandes extensões de terra, na mecanização da produção, no uso de sementes modificadas geneticamente e insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos). Domingues e Bermann (2012) ainda descrevem que, a partir de 2004, o Greenpeace Brasil identificou a indústria da soja como novo fator de desmatamento das fronteiras da Floresta Amazônica na região central do Brasil. Naquele momento já se encontravam no país, quatro multinacionais relacionadas à área: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Dreyfus e Cargill. São empresas que detinham à época, o monopólio do comércio de soja na Europa, fornecendo-a como matéria prima para indústria de ração animal, mas também elas atuam fornecendo quase tudo para a cadeia produtiva da soja, desde sementes e agrotóxicos à construção de infra-estrutura para o escoamento da produção, como portos e armazéns, por exemplo. Essas quatro empresas financiam 60% da produção da soja no Brasil.

Entre 2000 e 2010 as vendas de agrotóxicos no mundo cresceram 189,6%. No ano de 2017, o Brasil consumiu 540.000 toneladas de agrotóxicos (Campanha Nacional Contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida, 2012). Sendo que o mesmo consome 20% dos agrotóxicos considerados altamente tóxicos do mundo (NASCIMENTO, 2019). E desde o início do mandato do presidente Bolsonaro, 176 novos agrotóxicos foram registrados no país (TOOGE, 2020).

No Brasil, o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) rearticulou o processo de modernização técnica do país iniciado pelos militares nas décadas de 1960 e 1970. Restabelecendo alianças entre o Estado e os latifundiários, desta forma houve uma expansão agrícola sem reforma social. Isto fez com que a dicotomia entre a agricultura familiar e agronegócio se acentuasse (CARNEIRO et al., 2015).

Para Porto (2012) apud. CARNEIRO, et al. (2015), os agricultores familiares são desfavorecidos a ponto de se encontrarem em vulnerabilidade populacional. Isto porque, segundo Carneiro et al. (2015), referenciados por Breilh (2008) e Harvey (2005), o modelo hegemônico atual de produção agrícola no Brasil é estruturado na dominação para acumulação de capital por pilhagem. Ou seja, a acumulação de capital não se dá só pela apropriação da mais-valia do trabalhador, mas também através de práticas predatórias,

fraude e extração violenta dos recursos mais vulneráveis das minorias. Isto inclui também a pilhagem dos recursos naturais (solos, água, biodiversidade, florestas nativas, luminosidade, condições climáticas, entre outros) para consumo das agroindústrias e geração/acumulação indevida de capital.

A política agrícola brasileira nunca priorizou a agricultura familiar, nem os excluídos à posse da terra. A viabilização do setor agroexportador era mais importante do que a promoção do potencial produtivo e a fixação do agricultor no campo. Isso se deveu principalmente ao processo de colonização do Brasil, que, como na maioria dos países da América Latina, foi marcado por uma forte concentração de terra com grandes propriedades voltadas ao mercado externo (SANTOS, 2009, p. 12).

O posicionamento do autor acima ratifica o entendimento, de que processo histórico de construção da sociedade brasileira, diante do capitalismo favoreceu o fortalecimento da burguesia agrária. Sendo o Estado e seus Governos, coniventes com a pilhagem da classe trabalhadora, direcionando seus recursos para a classe dominante.

2.2. PRINCIPAIS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPESINATO BRASILEIRO

Em vistas da vulnerabilidade da classe desfavorecida pelo capitalismo foram instituídas políticas públicas para o campesinato. Pode se definir políticas públicas como: “um conjunto de ações coletivas, um compromisso público que visa suprir as demandas específicas de cada localidade, garantindo o bem estar social das mesmas” (FREY, 2000, apud. SANTOS, 2009, p. 16). Dentre as políticas públicas brasileiras para o campo é importante destacar o PRONAF, o PAA e o PNAE.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1996 durante o governo de FHC, frente à vulnerabilidade do pequeno agricultor e a dificuldade do mesmo de acessar programas de crédito que são disponibilizadas para o grande produtor. O programa destina parte dos recursos do crédito rural para a agricultura familiar. Essa foi uma forma de obrigar a destinação de parte do crédito rural para os pequenos produtores, inclusive se aplicando aos assentados de reforma agrária, visto que os recursos para o financiamento rural disponibilizados pelo Estado são majoritariamente destinados aos grandes produtores (CARNEIRO, et al. 2015). Entretanto, ainda segundo Santos (2009), essa é uma política de caráter compensatório

total, porque o exige contrapartida do beneficiado. No caso, o agricultor recebe o crédito, mas isto se torna uma dívida a qual ele tem a responsabilidade de quitar.

Quanto ao PAA e o PNAE, estas são políticas públicas voltadas para a criação de mercados institucionais para o campesinato e a viabilização de alimentos para a população em estado de insegurança alimentar e nutricional. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi criado em 2003, no início do governo Lula. Nele, o Estado representado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) adquiriu alimentos da agricultura familiar e doaram para programas sociais municipais. Já o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem suas bases em 1955 na campanha de merenda escolar, mas sua conformação atual se tornou vigente em 2009 com a Lei nº 11.947/09, que obriga a aquisição de, no mínimo, 30% da merenda escolar das escolas públicas da agricultura familiar. Ele tem por objetivo garantir pelo menos uma refeição diária aos estudantes de escola pública do Brasil. (MATHEUS, 2011; ANDRADE, 2017).

As duas últimas políticas públicas descritas são de suma importância para fomentar escoamento da produção agrícola camponesa, diretamente com o produtor, sem atravessador. Isso garante uma forma de comércio justa e duradoura, dando estabilidade financeira ao pequeno produtor. Além de fortalecerem a agricultura familiar, tais programas têm como objetivo tirar o Brasil do Mapa da Fome, o qual já está fora desde 2014. Contudo, em 2011, o MST-RJ alertou que “o número de favorecidos pelo PAA ainda é muito pequeno e o valor máximo de aquisições por agricultor familiar/ano é muito baixo” e quanto ao PNAE muitas vezes os 30% obrigado por lei não eram adquiridos (MATHEUS 2011).

Apesar do papel fundamental dessas duas políticas para o desenvolvimento da agricultura familiar brasileira, erradicação da fome no país e garantia da segurança alimentar e nutricional, os programas vêm sofrendo uma série de ataques que os colocam em risco de extinção. Com o golpe político de 2016, Michael Temer assumiu a presidência e em 2017 promoveu um corte de 90% na verba de todas as políticas voltadas para agricultura familiar (GONZAGA, 2018). Em 2012, o PAA teve seu ápice de investimento atingindo R\$ 1,2 bilhão; em 2018 esse valor caiu para R\$ 253 milhões; em 2019 foram investidos R\$ 188 milhões (um sexto do valor investido em 2012) e em 2020 o orçamento anual do programa está contado em R\$ 101 milhões. Segundo o diretor da Conab (2003/2014), o PAA está praticamente extinto, seu desmantelo foi tal, que hoje está muito

longe de cumprir seus objetivos junto à agricultura familiar e a erradicação da fome. Tudo isso, fora o enrijecimento burocrático que exclui os camponeses, indígenas e quilombolas e favorece as médias e grandes instituições. Dessa maneira, apesar de também sofrer do forte ataque e redução orçamentária, somente o PNAE continua sendo a grande saída para o mercado da agricultura familiar brasileira (MELITO, 2020).

2.3. O CAMPO BRASILEIRO NA ATUALIDADE: CAMPESINATO X AGRONEGÓCIO

A Constituição Federal, no seu art. 6º, afirma que a alimentação é um direito social e, em seu art. 235, aponta o meio ambiente equilibrado como um bem de uso do povo e, portanto, um direito de todos e essencial para a qualidade de vida. No inciso V do 1º parágrafo do mesmo artigo é determinado o controle da produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que portem risco a vida, qualidade da vida e ao meio ambiente (BRASIL, 1988).

A produtividade total por unidade de área da agricultura camponesa é muito mais alta que a produção industrial, podendo chegar até ser 10 vezes mais produtiva. Enquanto que as agroindústrias conseguem um maior rendimento por hectare somente para algumas produções específicas, o campesinato produz em pequenas propriedades os mais variados cultivos e animais. Sendo assim, a trabalho produtivo camponês se torna mais rentável por unidade de área (LA VIA CAMPESINA, 2013). No Brasil, o Censo Agropecuário de 2017 aponta que a agricultura familiar detém apenas 23% das áreas produtivas, contra 77% ocupado pela agricultura não familiar. Apesar de bastante variante, o percentual da produção alimentícia entre os estados é bastante expressivo. O Amazonas possui o maior percentual da produção da agricultura familiar no Brasil, com 67,35%, enquanto que, na Bahia, a produção chega a 24,57% (Figura 1). Esta agricultura realizada pelo campesinato brasileiro responde por 48% da produção de café e banana nacional, 80% da produção mandioca, 69% da produção abacaxi e 42% da produção do feijão. Infelizmente entre 2006-2017 houve uma redução de 9,5% do número de estabelecimentos de agricultura familiar e uma redução de 2,2 milhões postos de trabalho (IBGE, c2017).

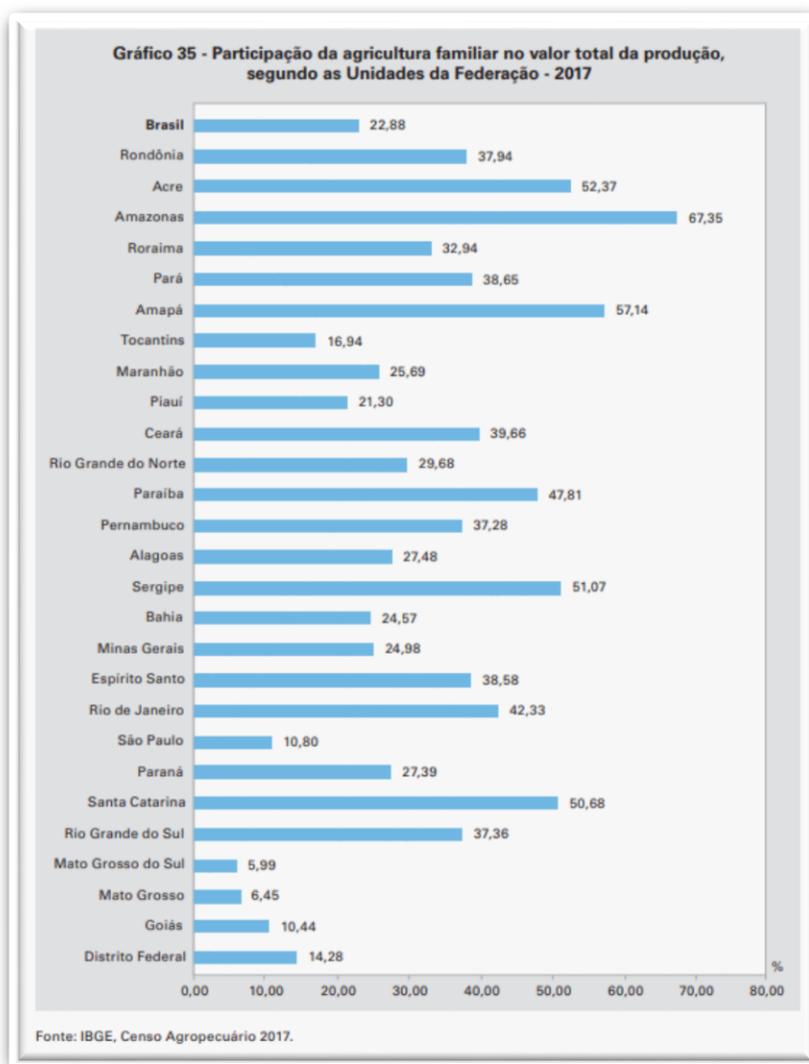


Figura 1: Proporção da agricultura familiar na produção total de alimentos por estado (Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017).

2.4. AGROECOLOGIA: “A NOVA SAÍDA”

Em meio a crises políticas, econômicas e ambientais causadas pelo modelo de produção capitalista, que mantêm e geram opressões, incidindo em toda sociedade, mas de forma mais veemente nas massas populares é que surge no seio das organizações de massa um novo modelo de produção. O qual aponta para um novo modelo de sociedade, em que haja outra forma de se relacionar tanto com as pessoas como com o meio ambiente (LOPES, 2016).

É nesse contexto que surge a agroecologia, defendida como uma ciência transdisciplinar que se baseia nos conhecimentos populares adquiridos por diferentes povos, através do empirismo unido ao conhecimento científico de diferentes áreas. Desta forma, ela adquire uma visão holística e uma abordagem sistêmica, capaz de estudar e redesenhar sistemas agroalimentares, tornando-os capazes de contribuir para a reconstrução de relações mais harmoniosas entre sociedade/sociedade e sociedade/meio ambiente. Afinal, agricultura é uma prática social que tem, dentre várias, a influência de elementos culturais, valores, normas, regras e cosmovisões dos grupos sociais que a praticam. Por isso mesmo, ela une a Agronomia à Ecologia, mas suas matrizes conceituais e bases epistemológicas perpassam também pela Sociologia, Antropologia, Ecologia Política, Economia Ecológica, História, Geografia, Física, Ética e outros campos (CAPORAL, 2019).

É preciso destacar:

o fato de que o manejo de agroecossistemas e, portanto, a agricultura, são resultados de práticas eminentemente sociais. Logo, não é possível entender uma agricultura sem agricultor, uma agricultura transformada em indústria, pois esta já não será uma agri-cultura. Daí a razão pela qual a Agroecologia foca seus interesses na agricultura familiar camponesa e defende as lutas por reforma agrária, já que o pensamento agroecológico coincide com a lógica camponesa que considera a atividade agrícola como um modo de vida, de reprodução social e de transmissão de valores próprios de distintos grupos sociais e não apenas com a perspectiva de produção de alimentos e matérias primas para o mercado (CAPORAL 2019, p. 261).

Portanto como o referido autor aponta, a agroecologia não é uma ciência neutra, ela tem lado bem definido, o lado do campesinato. Impondo aos seus adeptos uma responsabilidade política e ética perante a sociedade.

Trabalho pode ser definido como:

um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [Naturmacht]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2013, p. 326).

Esta visão corrobora com uma base epistemológica da agroecologia que Norgard e Sikor (1989, apud CAPORAL, 2019, p. 249) apontam como “perspectiva coevolucionista do desenvolvimento”. Segundo a definição deles, a desenvolvimento agrícola coevolui há

mais de 10.000 anos, de maneira que o sistema social contribuiu para a evolução dos sistemas biológicos e vice-versa. Onde há o surgimento de diversas técnicas subordinadas a diferentes conjuntos de valores e níveis de conhecimento. Esse processo histórico coevolutivo foi rompido com o predomínio da Revolução Verde. Guzmán (1995, apud CAPORAL, 2019) aponta a agroecologia como um reestabelecedor dos laços deste processo.

Segundo Trotsky (2009), para superar o capitalismo e atingir o socialismo, é preciso primeiro construir um Programa de Transição, que deve ser capaz de, a partir do nível de consciência e das condições atuais da classe trabalhadora, derrubar as bases da sociedade burguesa, em vista da conquista do poder proletário. De forma que, todo trabalhador tenha seu ofício estritamente associado às tarefas do processo revolucionário. Mézáros (2002) complementa que o capitalismo vem se aprofundando numa crise estrutural, que representa na atualidade uma verdadeira ofensiva à sobrevivência da humanidade. Desta maneira, a transição deve ocorrer de forma categórica, decisiva e pungente. Ainda, a partir de Trotsky, os trabalhadores do campo e da cidade devem se unir, unir não somente os operários das fábricas e os assalariados do campo, mas os pequenos proprietários, os pequenos lojistas, os artesãos. Pois, nem todos os grupos citados são assalariados, portanto não se enquadram na lógica capitalista de empregado e patrão. Mas todos são consumidores e consomem produtos com pressões reguladas mentirosamente pelos capitalistas. Desta forma, a justa regulação de preços de mercado só existe, mediante uma frente unida do proletariado à grande burguesia. O camponês pequeno produtor independente carece de crédito barato, maquinário, adubo e transporte à preços acessíveis, além de escoamento de sua produção de forma justa e honesta. Todavia tais benefícios não ocorrem devido à pilhagem dos bancos, negociantes, trustes, cartéis, entre outros. Somente os camponeses associados aos operários podem cessar essa pilhagem e autorregular o crédito. A transição prescinde da nacionalização da terra e a coletivização da agricultura, entretanto o camponês, pequeno proprietário só aderirá à coletivização de sua terra se o mesmo achar necessário e possível. Da mesma forma, que a necessidade de estatização das grandes empresas não confere obrigatoriedade do confisco forçado da propriedade de pequenos lojistas e artesãos. Isto implica dizer que a transição existirá para respeitar e garantir os interesses de operários e camponeses.

Observa-se que as etapas da transição agroecológica cunhadas por Gleissman, biólogo botânico e um dos precursores da agroecologia, estão alinhadas ideologicamente ao conceito de transição cunhado por Trotsky e Mészáros. São elas: 1) redução do uso e consumo de *inputs*¹ externos, pois os mesmos são caros, escassos e danosos ao meio ambiente; 2) é a total substituição de *inputs* e práticas convencionais por práticas alternativas. A partir deste ponto, a estrutura básica do agroecossistema começa a ser alterada e por isso problemas identificados também em sistemas convencionais como pragas, baixa produtividade, entre outros fatores podem aparecer; 3) neste nível há um redesenho completo dos agroecossistemas, para garantir um funcionamento coletivo e harmônico dos processos ecológicos; 4) neste momento deve-se pensar a cadeia produtiva de forma consciente como um todo, isso significa não só pensar a produção, mas também o escoamento. Esse escoamento deve existir de forma direta entre o consumidor e o produtor, sem um atravessador (sendo desde um indivíduo a uma grande empresa), que obtêm lucro ao desvalorizar o produto no momento da compra com o produtor e ao supervalorizar o mesmo produto, no momento da venda com o consumidor; 5) aponta como última etapa, a construção de um sistema de produção alimentar a nível global que seja igualitário, participativo, democrático e justo. Ou seja, um sistema de produção que seja além do sustentável, mas que seja mantenedor, restaurador e protetivo dos sistemas que produzem a vida no planeta, visto que somos dependentes destes sistemas (GLIESSMAN, 2000, 2016, apud CAPORAL, 2019). É importante salientar que a agroecologia não é um modelo pronto, fixo que pode ser aplicado da mesma forma em todo lugar, pois não há pacotes tecnológicos, mas sim princípios ecológicos que determinam os manejos, as práticas e as tecnologias que deverão ser aplicadas, ela se dá de forma multilinear e gradual (CAPORAL, 2019).

A maior organização social camponesa do mundo é bem taxativa:

Nuestra agroecología es sumamente política, no es complaciente ni con las estructuras de poder ni con el monocultivo, mas bien desafía al poder, y coloca a las comunidades locales en el centro de la producción de alimentos, en armonía con la Madre Tierra (LA VIA CAMPESINA, 2015).

Sosa et al. (2013) reitera que as organizações que compõem a Via Campesina apontam a soberania alimentar, através de agroecossistemas de base comunitária e

¹ Insumos agrícolas.

camponesa, como saída para as crises criadas pelo modo de produção vigente. Pois significa a garantia do direito de cada povo de definir suas políticas agropecuárias, de proteger e regulamentar a produção agropecuária nacional e seu mercado interno, em vistas de garantir a sustentabilidade humana e seu desenvolvimento. Isso porque, o mercado de alimentos está ligado ao mercado global, que tende a sempre aumentar seus preços para se auto-regular. Quebrar essa ligação do mercado interno de alimentos com o mercado internacional se faz necessário, já que o aumento dos preços dos produtos beneficia não os camponeses, mas empresas que especulam alimentos.

Dentre as diversas vantagens da produção agroecológica, Gliessman (2000) referenciado por Caporal (2019) destaca que quanto mais um sistema agroecológico se aproxima da paisagem e do desenho do ecossistema local, mais a agricultura é sustentável. Isso significa que, por definição, o monocultivo implantado pelo agronegócio é, por si só, insustentável e desarmônico. Ao passo que, quanto mais sustentável é um agroecossistema, mais biodiverso ele é. Sendo assim, uma agricultura sustentável é biodiversa.

Biodiversidade essa, que já demonstrou empiricamente que é capaz de aumentar a resiliência ambiental do local onde há a produção. Isto fez com que em países como Cuba, as produções dos camponeses que praticavam agroecologia sofressem menos danos que monoculturas durante a passagem do furacão Ike em 2008. Pois as diversas camadas de plantas com diferentes formas, associadas a técnicas de plantio em curva de nível, controle de erosões, aumento da cobertura vegetal do solo, entre outros, conferem uma resistência físico-biológica a erosões e deslizamentos (SOSA, et al. 2013).

A agroecologia já é uma realidade no Brasil. Diversas experiências podem ser citadas, como por exemplo, assentamentos de Reforma Agrária no Bico do Papagaio – Tocantins, comunidades quilombolas no Rio Grande do Sul, a rede de agrobiodiversidade no semiárido de Minas Gerais, entre outras. Importante destacar a experiência do assentamento Terra Vista na Bahia. O assentamento se localiza no município de Arataca, ao lado da BR 101, com apenas 28 famílias em 913 ha de terra. Em 1994 o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) consegue uma das suas maiores vitórias em experiência agroecológica na Bahia, ocupando uma área totalmente degradada no coração das terras cacauceiras. Às margens do Parque Nacional Serra das Lontras, o Movimento conseguiu recuperar 313 ha de Mata Atlântica, ou seja, 40% da área total,

associada a um sistema agroflorestal ainda em transição, com 300 ha de produção de cacau (tipo cacau-cabruca), manejado para produção de chocolate fino (tipo exportação). Além disso, o assentamento possui 92% da sua mata ciliar e 100% das nascentes recuperadas. Há também um centro de Educação Fundamental I e II (Centro Integrado Florestan Fernandes), que atende as crianças da comunidade e das comunidades vizinhas e um centro de Educação Profissional (Centro de Educação Profissional do Campo Milton Santos), que oferece cursos profissionalizantes na área de agroecologia, meio ambiente, agroindústria, agroextrativismo, informática, zootecnia e segurança do trabalho, também atende à comunidade e região (CARNEIRO, et al. 2015).

2.5. MST E AGROECOLOGIA

Em 2014, durante o VI Congresso Nacional do MST, sistematizou-se o seu novo modelo de luta pela terra, assim a luta pela Reforma Agrária passa a se tornar a luta pela Reforma Agrária Popular. Um modelo de luta que não almeja só a distribuição de terras, mas a distribuição de terras e garantia das condições para se manter na terra. Isto envolve saúde, educação, cultura, lazer, segurança, entre outros fatores. Dentre os seus fundamentos sistematizados no Programa Agrário do MST, define-se sobre a produção:

Toda produção será desenvolvida com o controle dos trabalhadores sobre o resultado de seu trabalho. As relações sociais de produção devem abolir a exploração, a opressão e a alienação. a) Assegurar que a prioridade seja a produção de alimentos saudáveis, em condições ambientalmente sustentáveis, para todo povo brasileiro e para as necessidades de outros povos. b) Considerar que os alimentos são um direito humano, de todos os cidadãos e não podem estar submetidos à lógica do lucro. c) Utilizar técnicas agroecológicas, abolindo o uso de agrotóxicos e sementes transgênicas. d) Usar máquinas agrícolas apropriadas e adaptadas a cada contexto socioambiental, visando o aumento da produtividade das áreas agrícolas, do trabalho e da renda, em equilíbrio com a natureza. e) Promover as diversas formas de cooperação agrícola, para desenvolver as forças produtivas e as relações sociais. f) Instalar agroindústrias no campo sob controle dos camponeses e demais trabalhadores, gerando alternativas de trabalho e renda, em especial para a juventude e as mulheres (MST, 2014, p. 36).

Posteriormente em outro tópico ele conclui, “o campo deve se constituir num local bom de viver. Onde as pessoas tenham direitos, oportunidades e condições de vida dignas.” (MST, 2014, p. 37). Sintetizando qual o entendimento, do Movimento sobre o que a Reforma Agrária deve proporcionar para os camponeses.

2.6. O NEPPA

E é se relacionando com esses e outros ideais, antes mesmo da sistematização de alguns deles, que o NEPPA surge. O Núcleo de Estudos e Práticas em Políticas Agrárias (NEPPA) é um coletivo fundamentado na Educação Popular, que presta assessoria político-pedagógica para movimentos sociais. Objetivando assim, através do trabalho de base, o fortalecimento do poder popular da classe trabalhadora para a construção de uma realidade justa e livre de opressões (NEPPA, 2016).

Esse coletivo teve seu início em 2006, a partir de uma disciplina de extensão universitária chamada ACCS² EDC 456: Ação Interdisciplinar em Área de Reforma Agrária, coordenada pela Prof^a Dr^a Celi Taffarel. Esta disciplina, a qual ainda está em vigor, tinha como objetivo confrontar estudantes de diversas áreas de conhecimento com a realidade de famílias camponesas em áreas de Reforma Agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e utilizar seus conhecimentos para realizar intervenções que aumentassem a qualidade de vida daquelas famílias e fortalecessem o movimento social e sua pauta pela Reforma Agrária (NEPPA, 2010).

Naquele momento, estudantes da geografia, direito, medicina, história, fonoaudiologia, pedagogia, economia, comunicação e oceanografia exerciam suas faculdades associadas a um olhar crítico no assentamento Eldorado do Pitinga, localizado em Santo Amaro da Purificação/BA. Muitos trabalhos foram desenvolvidos, contudo o mais impactante na realidade dos camponeses e dos próprios discentes foi uma parceria com a CEPLAC³ para a recuperação da lavoura de cacau da área coletiva do assentamento, através do enxerto de uma espécie mais resistente à vassoura de bruxa. Através desse trabalho, os estudantes conseguiram se inserir na organicidade do

² Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade.

³ Comissão Executiva de Plano de Lavoura Cacaueira.

Movimento, gerando bons frutos organizativos. Entretanto, a ACCS é uma disciplina semestral e com o fim do semestre, os trabalhos cessariam e precisariam ser recomeçados do início com novos alunos. Decididos a não ter que recomeçar, mas continuar e aprofundar o que haviam começado, aqueles estudantes evadiram os muros acadêmicos das disciplinas universitárias e formaram o NEPPA (NEPPA, 2010).

Além deste grupo, a partir da ACCS EDC 456 de 2006.1, surgiu outro grupo chamado Projeto de Saúde, o qual era composto somente por estudantes da área da saúde que tinham como objetivo trabalhar a prevenção e promoção da saúde nos assentamentos. Enquanto o NEPPA trabalhava somente o aspecto da produção no assentamento Pitinga entre 2006 a 2008, o Projeto de Saúde trabalhava a saúde popular no assentamento Bela Vista, também localizado em Santo Amaro da Purificação/ BA, entre os anos de 2006 a 2008, ano em que o mesmo grupo se findou (NEPPA, 2010).

Se espelhando na organicidade do MST, entre 2008 e 2011, o NEPPA se estruturou em brigadas de trabalho, que são frentes de trabalho para tarefas que se agrupam de acordo com temáticas específicas trabalhadas pelos setores internos do Movimento. Sendo elas nas áreas de educação, produção, comunicação e cultura, saúde e juventude. Desta forma existiam as seguintes brigadas: brigada Chico Mendes, voltada para o trabalho com foco na produção agroecológica; brigada: Zefa da Guia, voltada para o trabalho com foco na saúde popular; brigada Paulo Freire, voltada para o trabalho com foco na Educação Popular; brigada Maria Felipa, voltada para o trabalho com foco na juventude Sem Terra; brigada Rádio Bambu Itinerante, voltada para o trabalho com foco na comunicação. Exercendo suas atividades em 7 comunidades: Bento (São Sebastião do Passé/BA), Recanto da Paz (Dias D'Ávila/BA), Santa Maria (Mata de São João/BA), Nova Panema (Dias D'Ávila/BA), Pitinga (Santo Amaro da Purificação/BA), Bela Vista (Santo Amaro da Purificação/BA), Nova Suíça (Santo Amaro da Purificação /BA) (Figura 2) (NEPPA, 2010).

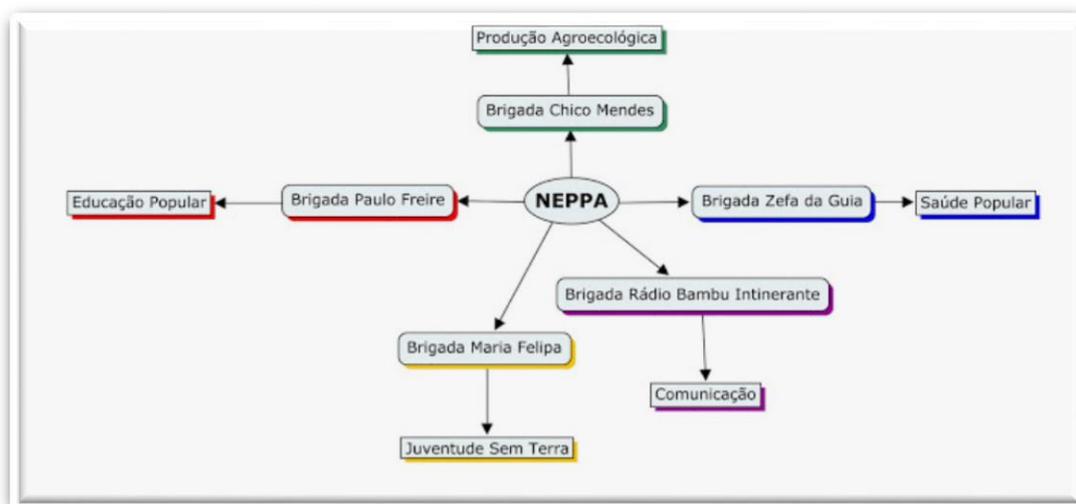


Figura 2: Organização do NEPPA em brigadas (Fonte: Blog do NEPPA).

Entre 2012 e 2014, o coletivo passou a atuar em frente de trabalhos (Figura 3). A frente de trabalho de base atuava na produção agroecológica, se subdividindo na frente MST com as comunidades Bento, Recanto da Paz, Santa Maria, Nova Panema, Pitinga e a frente MSTB⁴ com a comunidade Paraíso (Salvador/BA). Além disso, existia uma frente de articulação política com movimentos sociais, uma frente que fazia acompanhamento do caso de regularização fundiária do Quilombo Rio dos Macacos, uma frente atuava na extensão universitária da UFBA, através de duas ACCS (uma de Educação Popular e uma de agroecologia e saneamento). Por último havia também uma frente de estudos que se dividia em duas frentes, uma estudava sobre o feminismo e as suas diferentes concepções e outra estudava sobre a sociedade capitalista e as alternativas para esse modelo de organização social (NEPPA).

⁴ Movimento dos Sem Teto da Bahia.

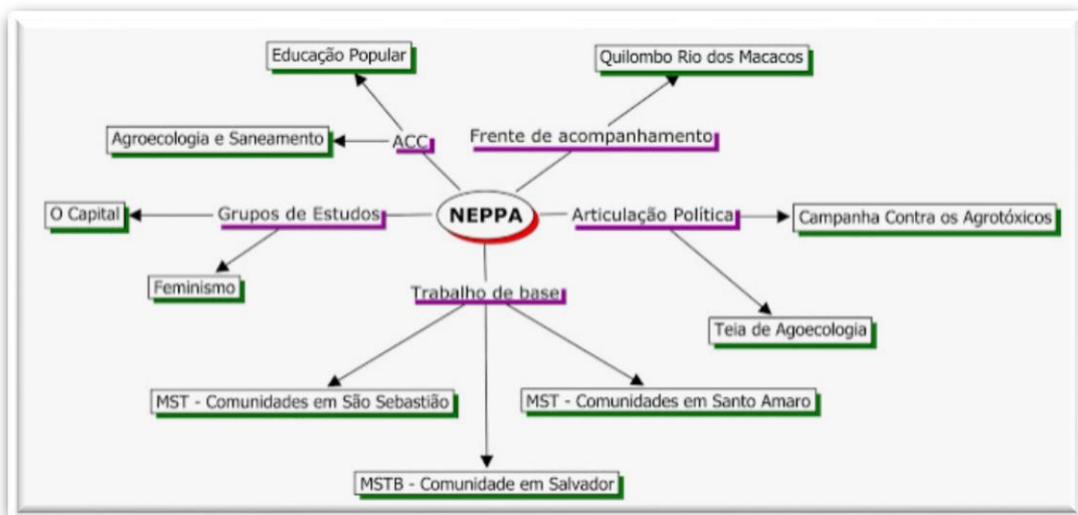


Figura 3: Organização do NEPPA em frentes de trabalho (Fonte: Blog do NEPPA).

Entre 2015 e 2016, a organização se deu somente em frentes de trabalho por movimentos sociais (Figura 4), onde permaneceu-se o trabalho de base centrado na produção agroecológica. A frente MST atuava nas comunidades do Bento e Recanto da Paz. Enquanto à frente MSTB atuava na comunidade Paraíso. Entretanto, ainda permanecera a frente de articulação com movimentos sociais (NEPPA).

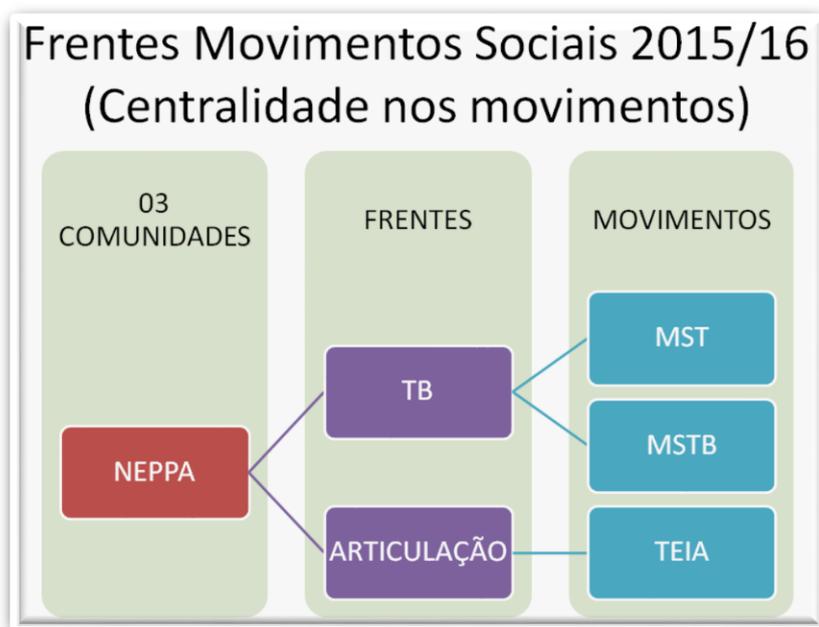


Figura 4: Organização do NEPPA em frentes por movimentos sociais (Fonte: NEPPA).

De 2017 até os dias atuais, o NEPPA organiza seu trabalho somente em torno do MST, com as comunidades do Bento e Recanto da Paz (Figura 5). Tendo como centralidade a produção agroecológica nas áreas e também seu escoamento através de duas feiras, a Feira Agroecológica da Reforma Agrária que acontece no campus da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

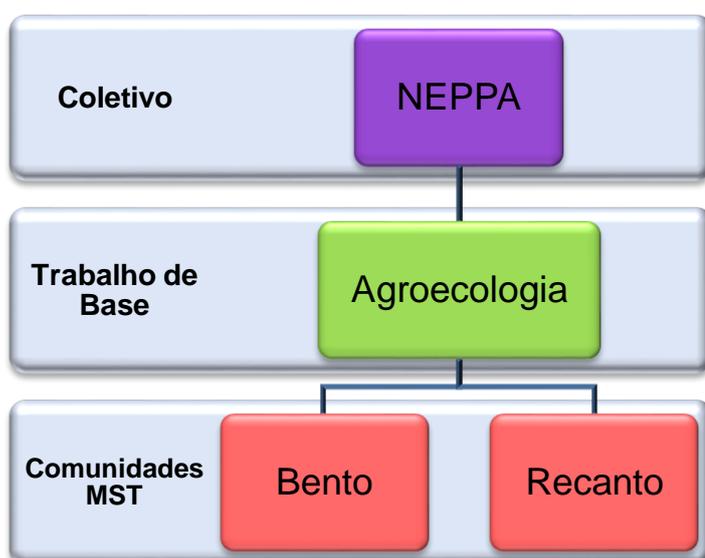


Figura 5: Organização do NEPPA por comunidades (Fonte: NEPPA).

O NEPPA é um coletivo que assessora política e pedagogicamente movimentos sociais objetivando através do trabalho de base, o fortalecimento do poder popular da classe trabalhadora para a construção de uma realidade justa e livre de opressões. São princípios deste coletivo: 1. Horizontalidade: todos os processos internos de organização e decisão são feitos de forma coletiva e horizontal; 2. Com lideranças sem líderes: não há delegação de líderes nem de coordenadores, as lideranças surgem de forma natural no desenvolvimento do trabalho de base, sem se sobrepôr ao coletivismo; 3. Exemplo

pedagógico: a proposta de um novo modelo de sociedade começa desde o indivíduo, por tanto os militantes ensinam uns para os outros e para a sociedade a postura que desejam, a partir da postura que exercem; 4. Disciplina com alegria: A firmeza do trabalho de base exige disciplina, porém nunca deve ser desassociada da leveza da alegria; 5. Autonomia: independência financeira e sem vinculação partidária, afim de não haver comprometimento dos princípios e do horizonte político; 6. Referência nas organizações populares: as orientações políticas, organizativas e estratégias de trabalho dos movimentos sociais orientam o coletivo. Tendo o MST como referência fundamental; 7. Educação Popular: princípio fundamental do coletivo, ele baliza a forma dos militantes deste grupo se portarem uns com os outros e com os camponeses. Acreditando que todos são iguais e todos são detentores de um saber que complementa o saber do outro e, portanto não deve ser ignorado; 8. Praxiologia: a teoria deve estar associada à realidade, onde deve ser praticado o estudo, associada a uma ação direcionada e uma reflexão crítica sobre o trabalho exercido, visando uma nova forma de ação. Nesse caso, a própria realidade também se torna objeto de estudo; 9. Sem medo de ser socialista: defende o fim do modelo da sociedade capitalista, o qual se baseia na exploração de uma classe (a classe trabalhadora), em detrimento de outra (a classe burguesa). Acreditando-se possível haver essa transição, através da tomada do poder pela classe trabalhadora do campo e da cidade; 10. Feminismo: compreende que a auto-organização das mulheres é fundamental para a construção de uma sociedade sem classes e sem opressões, pois, entende-se que a luta contra a opressão de classes não está dissociada da luta contra o machismo; 11. Contra o racismo: compreende que o racismo estrutura o capitalismo brasileiro e que por isso, não há superação deste modelo de sociedade sem superação do racismo; 12. Agroecologia: compreende que a primeira luta da classe trabalhadora se dá entorno da garantia de responder às suas necessidades básicas materiais, ou seja, garantir fontes seguras e próprias de se alimentar e gerar renda. Entende-se que a agroecologia seja a ferramenta fundamental para isso, carregando valores humano/militantes e ambientais para a produção de alimentos (NEPPA, 2016).

2.7. EDUCAÇÃO POPULAR E TRABALHO DE BASE

Miranda (2017) fazendo análise dos textos de Frei Betto (1997) aponta que, a pedagogia concebida por Paulo Freire entende a liberdade como um processo de conscientização da realidade a qual está inserido. Diferente da liberdade incutida na sociedade capitalista, que falsamente coloca o indivíduo como livre, mas o prende a grilhões de “padrões; preconceitos; formas de trabalho exploradoras; práticas pedagógicas tolhedoras; alienação; fome que atrapalha o pensar; mídia deseducadora, enviesada pelos interesses mesquinhos dos opressores; opressores etc.”

A realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. Se os homens são os produtores desta realidade e se esta, na “invasão da práxis”, se volta sobre eles e os condiciona, transformar a realidade opressora é tarefa histórica, é tarefa dos homens (FREIRE, 1987, p. 20).

Para Paulo Freire (1987), a realidade opressora submerge as consciências, domesticando o homem. Como saída é necessário a união dos oprimidos, associados a uma visão crítica da realidade. Isto só é atingido mediante uma práxis autêntica. Termo cunhado por ele para designar uma associação dialética entre a “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo”. Sendo assim, a objetividade da visão analítica da realidade vem totalmente associada à subjetividade do indivíduo. Educar é entender o todo sem perder as partes, é ver o mundo para além de como ele se apresenta, mas como ele realmente é. E isto não se dará através de salvadores, é um processo coletivo de superação das contradições entre opressor e oprimido, afinal “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, os homens se libertam em comunhão”.

Segundo Ranulfo Peloso (2012), a Educação Popular é uma ferramenta político-pedagógica auxiliadora da geração e promoção do conhecimento, pois se faz presente na construção e implantação da organização popular. Além disso, ela age qualificando a militância em favor da luta de classes. Portanto, eleva o nível de consciência da classe

trabalhadora (os oprimidos), pois empodera o povo a se entender como protagonista da realidade. Capacitando-os a traduzir ideias e aplicá-las em metodologias populares de forma criativa.

E ele prossegue, “como só o conhecimento liberta, não pode existir Educação Popular fora dos processos de luta popular. Assim, a luta popular é a Educação Popular aplicada”. E por esta mesma razão, o trabalho de base é indispensável na luta popular. Porque o trabalho de base é o trabalho realizado por militantes de uma organização popular, para solucionar problemas concretos de uma localidade, relacionando com a luta geral contra as opressões da sociedade capitalista. Sem perder de vista, o trabalho constante em torno do despertar de consciências para a necessidade da organização popular. Sendo assim, se faz uma ação política transformadora.

Para o coletivo NEPPA, trabalho de base significa:

Processo educacional para transformação social através da Educação Popular que tem o objetivo de emancipação e autonomia das classes oprimidas, feito por sujeitos que estão unidos num mesmo ideal político, pensando para além das questões individuais, pautados no coletivo, mergulhados, imersos e envolvidos com os problemas concretos do povo e ligando esses processos aos desafios de superação das opressões e exploração para construção de relações sociais igualitárias (NEPPA, 2013, p. 1).

O NEPPA concebi em suas origens, o entendimento que de que o trabalho de base, através da Educação Popular, incide na realidade do povo. Unindo diferentes militantes, com diferentes concepções de mundo, em um só propósito, o poder popular.

2.7.1. Planejando o Trabalho de Base

Se o trabalho de base é um processo educacional revolucionário, desenvolver atividades educativas é praticar este processo. Para desenvolver essas práticas é preciso ter ciência primeiramente de que: 1- Os interesses e possibilidades do Coletivo de Educadores/Militantes; 2- Os interesses e possibilidades da comunidade; 3- As possibilidades e limitações do mundo real. É de suma importância que a militância tenha conhecimento profundo sobre esses três aspectos. Entretanto é preciso ter em mente os interesses e possibilidades da comunidade. Visto que é comum a própria militância, de

maneira sutil e sem nem ela mesma perceber, induzir a comunidade a tratar de uma pauta/temática que a militância (ou um determinado militante) ache prioritário, enquanto que os moradores daquela localidade entendem que há outros temas a serem trabalhados. Isso elimina a sobreposição de querer e garantir uma empatia da comunidade com o trabalho, trazendo a possibilidade efetiva da força do trabalho comunitário (GUIMARÃES, 2011).

Feito isso, o primeiro passo então é a estruturação de um planejamento dentro do coletivo de educadores para idealizar o planejamento junto à comunidade. Este é um momento de duas etapas: 1- entre a militância; 2- entre a militância e a comunidade. De qualquer maneira nas duas etapas se faz necessário: a) Identificação do problema ou necessidade (tema); b) Formulação da tarefa (objetivo); c) Quem é responsável pelo quê; d) Como a tarefa deve ser realizada (metodologia); e) Até quando a tarefa deve ser cumprida; f) O quê é necessário para o cumprimento da tarefa (materiais, espaço etc.). Em comunidade, a militância responsável por mediar os espaços de planejamento sempre voltará ao início dos pontos acima elencados, a cada problema/necessidade que for elencado pela própria comunidade. Após o planejamento, há a execução das atividades conforme reflexão predecessora e posteriormente a avaliação. As atividades planejadas e postas em prática são então avaliadas pelos mesmos indivíduos, ou seja, é importante que os participantes do processo horizontal de idealização das atividades executem e também discutam em coletivo a eficiência do trabalho frente as necessidade levantadas, destacando os pontos positivos, negativos e o que pode ser feito para melhorar. Este trabalho foi planejado baseado nas idéias de Guimarães (2011), que sugere o uso da metodologia de avaliação: que bom; que pena; que tal. Para que o trabalho em comunidade seja feito de maneira continuada, associando planejamento, ação e avaliação. De forma a garantir a curto, médio e longo prazo o desenvolvimento do raciocínio crítico sobre os problemas locais e a construção do poder popular.

3. METODOLOGIA DO TRABALHO DE BASE

Passaremos a descrever o contexto e a comunidade onde a experiência ocorreu, as fontes de onde foram recolhidos os dados, os instrumentos de coleta dos dados. Optou-se por descrever e justificar os procedimentos adotados. A fim de assegurar a fidedignidade e validade dos dados que permitiram concluir a respeito das contribuições desta experiência desenvolvida, em uma área da reforma agrária na Bahia, para a transição agroecológica.

3.1. O ASSENTAMENTO

As atividades em questão ocorreram no assentamento Paulo Jackson, também conhecido como Bento, nos anos de 2017 a 2020. O mesmo se localiza na zona rural limítrofe entre Mata de São João e São Sebastião do Passé, região metropolitana de Salvador. Respondendo administrativamente como uma comunidade de São Sebastião do Passé (Figura 6). As regiões de São Sebastião do Passé e Mata de São João, possuem clima quente úmido, com períodos chuvosos concentrados durante outono e inverno e índice pluviométrico entre 1.000 e 1.600 mm. Com relevo característico de bacia sedimentar, pertencente neste caso à Bacia do rio Jacuípe, tendo predominância de solos podzólicos vermelho-amarelos, ou seja, solo vermelho amarelado, argiloso e arenoso, de fácil fragmentação, profundo e com pouca matéria orgânica. Seu bioma característico é a Mata Atlântica, com vegetação específica de floresta estacional semidecidual (INEMA, 2009).

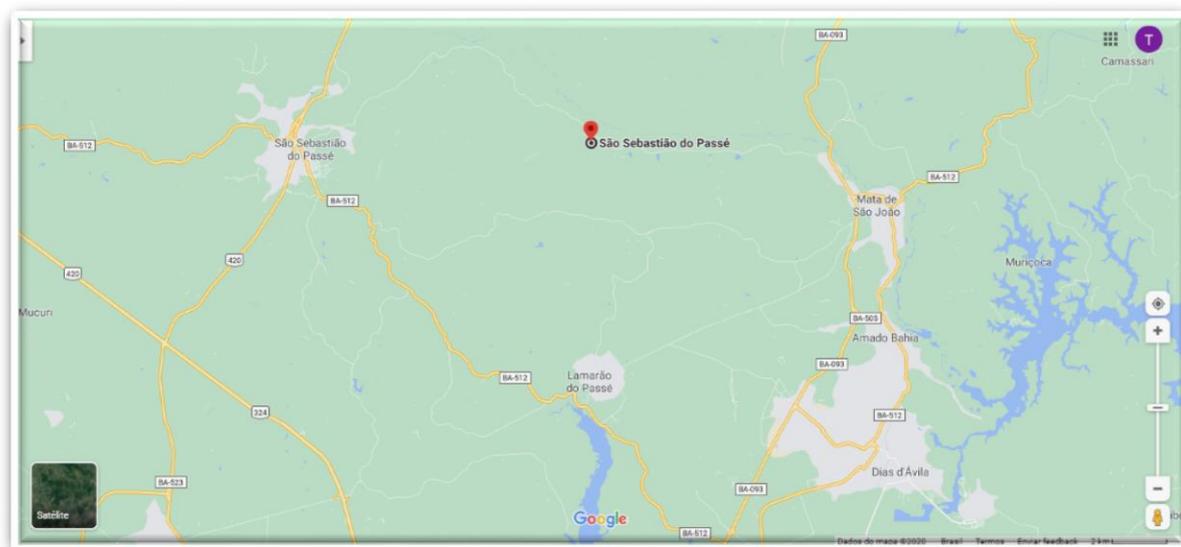


Figura 6. Mapa da Localização do Assentamento Paulo Jackson/Comunidade do Bento (Fonte: Google Earth).

Nessa região, há mais quatro assentamentos do MST (Recanto da Paz, Santa Maria, Maju, Nova Panema). Esses, assim como o Bento, são cercados pela produção de eucalipto, com vistas para produção de celulose que domina a região, isto pode ter gerado grandes problemas hídricos como foram relatados pelos(as) assentados(as).

Na comunidade, o abastecimento de água é proveniente da EMBASA e só ocorre em dias alternados, durante algumas horas. Valido ressaltar que nessas comunidades não há nenhum sistema governamental de saneamento básico e de coleta de lixo. Sendo assim, ocorre-se o uso de fossas e a queima do lixo.

Os relatos orais mostram que assentamentos do MST possuem duas formas de organização, a associação de moradores, a qual se representa pela presidência, junto à sua secretaria, tesouraria e demais instâncias. E a liderança da comunidade que está subordinada à liderança da brigada do MST, que é subordinada à liderança da regional, que por sua vez é subordinada à liderança estadual, e que por fim todos são subordinados à liderança nacional do Movimento. A presidência da associação tem a finalidade de organizar a comunidade para o acesso de recursos institucionais, enquanto que a liderança do assentamento é uma liderança política que auxilia o trabalho em torno das diretrizes do Movimento. No caso da comunidade, os dois representantes se concentram numa mesma pessoa.

O assentamento é constituído por 75 famílias e tem a seguinte estrutura: uma agrovila (onde ficam as casas), uma horta coletiva, com produção voltada para o cultivo de hortaliças (Figura 8) e a sede da associação de moradores da comunidade (Figura 7). Na agrovila há uma casa de farinha pertencente à uma família, mas todos têm acesso, desde que deixem parte da produção para essa família. Cada família possui um lote destinado à produção agrícola, os quais ficam afastados da agrovila, porém há 20 anos (início da ocupação) estes lotes ainda estão em definição e nem todos assentados possuem sua área de plantio.

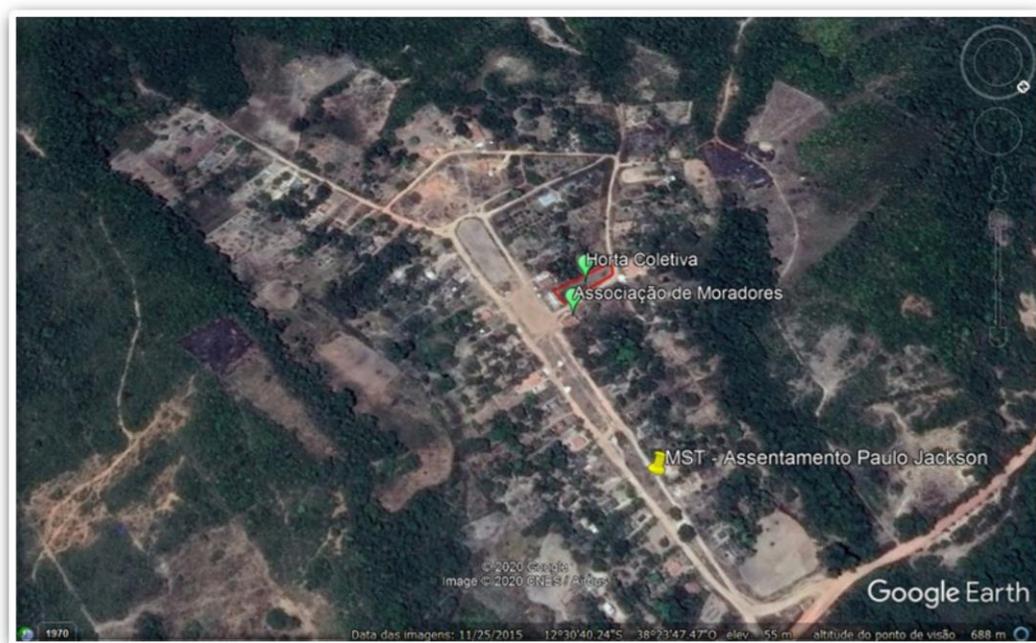


Figura 7: Mapa do assentamento Paulo Jackson/comunidade do Bento (Fonte: Google Earth).



Figura 8: Produção de hortaliças na horta coletiva do Bento (Fonte: NEPPA).

3.2. PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO

As culturas comumente cultivadas na comunidade são hortaliças, frutíferas plantas medicinais e algumas plantas alimentícias não convencionais (PANCS) (Quadro 1). Há também a criação de galinhas caipira para corte e postura de ovos. E a maior parte da produção se dá nos quintais.

Quadro 1: Alguns dos cultivos mais comuns na comunidade Bento.

Categoria de uso	Nome Popular	Nome Científico	Familia
Hortaliças	alface	<i>Lactuca sativa</i> L.	Asteraceae
	coentro	<i>Coriandrum sativum</i> L.	Apiaceae
	cebolina	<i>Allium fistulosum</i> L.	Liliáceas
	salsa	<i>Petroselinum sativum</i> Hoff	Apiaceae
	pimentão	<i>Capsicum annuum</i> L.	Solanaceae
	berinjela	<i>Solanum melongena</i> L.	Solanaceae
	mandioca	<i>Manihot esculenta</i> Crantz	Euphorbiaceae
	batata doce	<i>Ipoema batatas</i> (L.) Lam	Solanaceae
	abóbora	<i>Cucurbitan Pepo</i> L.	Curcubitaceae
	tomate	<i>Lycopersicon</i> sp	Solanaceae
	cenoura	<i>Daucus carota</i> L.	Apiaceae
	rabanete	<i>Raphanus sativus</i> L.	Brassicaceae
	couve	<i>Brassica</i> sp.	Brassicaceae
Frutíferas	abacaxi	<i>Ananas comosus</i> L. Merril	Bromeliaceae
	banana	<i>Musa</i> spp	Musaceae
	limão	<i>Citrus limon</i> L. Burmann f.	Rutaceae
	laranja	<i>Citrus sinensis</i> L. Osbeck	Rutaceae
	maracuja	<i>Passiflora icamata</i> L.	Passifloraceae
	tangerina	<i>Citrus reticulata</i> Blanco.	Rutaceae
	coco	<i>Cocus nicifera</i> L.	Arecaceae
	mamão	<i>Carica papaya</i> L.	Caricaceae
	jaca	<i>Artocarpus heterophyllus</i> L.	Moraceae
Plantas Medicinais	capim santo	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC) Stapf.	Poaceae
	citronela	<i>Cymbopogon nardus</i> (L.) Rendle	Poaceae
	pimentão	<i>Capsicum</i> sp	Solanaceae
	alfazema	<i>Aloysia gratissima</i>	Verbenaceae
	babosa	<i>Aloe vera</i> L.	Asphodelaceae
	erva cidreira	<i>Melissa officinalis</i> L.	Lamiaceae
Plantas Alimentícias não Convencionais	Oro -pro-nobis	<i>Pereskia aculeata</i> Mill	Caricaceae
	Taioba	<i>Xanthosoma sagittifolium</i> L. Schott	Araceae
	língua de vaca	<i>Talinum paniculatum</i> L.	Talinaceae

A horta coletiva até 2016 existia dentro do terreno de um dos assentados, com o passar do tempo os grupos de trabalho foram se esvaziando, só restando o residente naquela terra e uma assentada. Em vista da necessidade de reestruturar o trabalho coletivo na comunidade, houve reuniões com os assentados para se discutir onde seria realocada a nova horta e quem gostaria de se somar ao trabalho. A metodologia usada para reestruturação da horta, com a busca para um o novo local foi o desenvolvimento de um quadro participativo onde eram listados os possíveis terrenos e os assentados iriam escolher o melhor local, com base nos critérios de fertilidade do solo, disponibilidade de água e boa localização. Com base nisso escolheu-se instalar a nova horta no centro da comunidade. A partir daí levantou-se os materiais para construção do novo local de produção que já existem na comunidade, inclusive os que podiam ser reaproveitados do

antigo local, os materiais que faltavam e como iriam ser conseguidos, se por autofinanciamento ou por solicitação junto a órgãos públicos, que nesse caso seria a prefeitura de São Sebastião do Passé. Optou-se por conseguir os materiais faltantes através do autofinanciamento e da solicitação junto à prefeitura. Ademais, determinou-se também a organização do trabalho coletivo, escolhendo a organização por núcleos de base, que são pequenos grupos se organizam para o trabalho coletivo dentro da organicidade do movimento social. Neste caso os grupos foram constituídos por pessoas da mesma família ou por pessoas com algum grau de afinidade. Também determinou-se quantas leiras cada grupo estaria responsável inicialmente e quais tarefas caberiam a todo o coletivo de produção pra manutenção do espaço, determinando como e quando seriam executados.

3.3. OFICINAS PEDAGÓGICAS

As oficinas com o coletivo de produção do Bento tinham alguns objetivos: fortalecer a importância do trabalho coletivo, fortalecer a confiança no companheiro de trabalho, relacionar o trabalho na horta com a luta de forma mais ampla e dar conta de demandas do dia a dia que não conseguiram ser dirimidos entre as idas a campo (Figura 9). Caso houvesse alguma necessidade, mutirões eram organizados para o dia seguinte ou para a próxima ida (Figura 10). Contudo a horta também tinha outro objetivo maior, servir como fonte de renda mais segura para os trabalhadores organizados na tarefa. Por isso, realizou-se uma série de roda de conversas com os camponeses, para compreendermos coletivamente como escoar a produção através do PNAE. Com isso, estudos em conjunto foram realizados, visando entender o que é o PNAE, o que é preciso juridicamente para acessá-lo e como se organizar politicamente para torná-lo acessível à realidade da comunidade.



Figura 9: Oficina com o coletivo de produção do Bento em torno da auto-organização do grupo (Fonte: NEPPA).



Figura 10: Mutirão dos assentados junto ao coletivo NEPPA, para limpeza das leiras na horta coletiva do Bento (Fonte: NEPPA).

3.4. ORGANIZAÇÃO DAS IDAS A CAMPO

A fim de refletir sobre os trabalhos exercidos no ano anterior e sistematizar os próximos passos junto às comunidades, o coletivo NEPPA realizava anualmente reuniões para o planejamento das atividades. Nestes planejamentos eram definidas datas para as visitas às comunidades, bem como, indicativo das temáticas que seriam abordadas. Entretanto, fazia parte da organicidade do coletivo, um mês antes das atividades de campo, o coletivo se reunir novamente para determinar os objetivos do campo e quais demandas deveriam ser trabalhadas durante a permanência do coletivo na comunidade.

3.4.1. Pré-ida a campo

Em média, durante as três semanas que antecediam as idas a campo, o coletivo NEPPA se reunia em reuniões gerais, onde todos os integrantes se encontravam para discutir dentre outros assuntos, as linhas gerais da ida a campo. Tais como, o objetivo da ida, a estruturação de forma geral dos dias de atividade, quais militantes estariam disponíveis para aqueles dias e se preciso fosse, até uma possível realocação da data de ida a campo. Além disso, eram destacados militantes para cumprir tarefas operativas em torno da ida a campo, tais como, confecção do cardápio de refeições e a compra dos alimentos, a solicitação de transporte para se deslocar até as comunidades e para retornar para casa e a mobilização prévia das comunidades para que os habitantes pudessem se programar para os dias de atividades.

Em paralelo o coletivo se subdividia em subcomissões que ficavam responsáveis por planejar minuciosamente as metodologias das atividades. As subcomissões eram: comissão Bento e comissão Recanto – que eram comissões fixas compostas pelos militantes que fazem trabalho de base naquela determinada comunidade. E a comissão da feira: que era composta por todos os militantes do NEPPA, mas que alternavam entre se de forma a comporem a cada ida a campo um pequeno grupo contendo três ou quatro pessoas. Esta comissão ficava responsável por desenvolver a metodologia e aplicá-la junto ao grupo de assentados que compõem o coletivo das feiras, que na prática era a junção dos dois coletivos de produção.

3.4.2. Ida a campo

O coletivo NEPPA realizava anualmente 10 visitas ao assentamento, geralmente nos finais de semana, devido à disponibilidade dos assentados e do NEPPA. Comumente chegando à manhã do sábado e retornando no domingo à tarde.

Para estabelecer um diálogo entre os assentados e o coletivo NEPPA, as atividades com a comunidade eram organizadas do seguinte modo: no 1º dia: (manhã) chegada e mobilização, (tarde) roda de conversa com o coletivo de produção da comunidade, (noite) Cine da terra; 2º dia: (manhã) mutirão na horta coletiva, se houvesse necessidade e reunião com o coletivo das feiras (Quadro 2). O Cine da Terra tratava-se de um momento de exibição do filme na comunidade, com o objetivo de proporcionar divertimento para os habitantes locais, mas também abordar algum valor humano que deva ser cultivado.

3.4.3. Pós-ida a campo

Ao retornar das atividades nas comunidades, durante a primeira reunião geral após a ida à campo, eram repassadas as atividades, tanto as feitas em conjunto quanto às feitas em cada comunidade eram repassadas para que todos os militantes se informassem em sua totalidade do que ocorreu. E em seguida analisadas as impressões pessoais de cada militante e se a ida a campo conseguiu cumprir com os objetivos planejados anualmente e mensalmente. Importante destacar que as reuniões com os coletivos eram feitas de forma horizontal, baseada na Educação Popular, onde há apenas uma mediação, mas não há líderes.

Quadro 2: Estruturação das atividades de ida a campo (Fonte: NEPPA).

	Sábado	Domingo
Manhã	Chegada e mobilização	Reunião do coletivo da Feira no Bento
Tarde	Reunião do coletivo de produção	Retorno
Noite	Cine da Terra	

4. OS FRUTOS DO TRABALHO DE BASE

4.1. O CAPITALISMO E OS ENTRAVES DO TRABALHO DE BASE

O coletivo de produção da Comunidade Bento enfrentou e ainda enfrenta diversos obstáculos. Dentre eles, pode ser citada a drástica redução do número de pessoas dentro do coletivo. Inicialmente eram 10 pessoas, divididas em 3 núcleos de base, atualmente ainda há 3 núcleos, porém só há 3 pessoas fazendo parte deles. Muito dessa redução se deu porque o assentamento como um todo é composto em sua maioria por pessoas mais velhas, com o coletivo de produção não é diferente. Essas pessoas carecem muito de atendimento médico, o hospital ou posto de saúde mais próximo fica na cidade. Todavia muitos tratamentos de saúde são feitos em Salvador. Isto demanda tempo, devido aos entraves do sistema público, impondo aos próprios assentados que passem dias fora do assentamento. Isto, por si só, já inviabiliza o trabalho de muitas pessoas. Outro fator importante é a busca por renda. Caporal (1994) aponta que a industrialização do setor agrícola impõe a ampliação das despesas em detrimento do aumento dos lucros. Isto coloca a necessidade do produtor que já possui grandes extensões de terras, expandir mais ainda suas fronteiras. Este processo empurra o pequeno e médio produtor para fora do campo. Nos assentamento isto é uma realidade, muitas vezes os núcleos de base se esvaziaram porque os assentados se viam obrigados a se mudar para a cidade em busca de melhores condições de vida.

No ensejo da permanência na terra é que foram construídas as oficinas sobre o PNAE. A partir deste trabalho observou-se que os assentados têm interesse em participar do programa, porém carecem ainda de alguns entendimentos. Inicialmente, os debates foram realizados separadamente nas duas comunidades trabalhadas pelo NEPPA, entendendo-se que o acesso ao programa é realizado pelas prefeituras. Como as duas comunidades respondem a municípios diferentes, Bento à São Sebastião do Passé e Recanto da Paz à Dias D'Ávila, compreendeu-se que essa era a melhor estratégia. Sendo assim, as formações sobre a temática eram realizadas em associação à organização da produção com foco nesta forma de escoamento. Ao longo de dois anos desenvolveram-se trabalhos nessa perspectiva, com o coletivo de produção e com o corpo interno do

NEPPA para acessar sujeitos e instituições que pudessem assessorar as comunidades neste processo de concorrência aos editais. Ao final do segundo ano de trabalho, 2018, numa reunião conjunta com os coletivos de produção das duas comunidades, que por sinal são os mesmos sujeitos do coletivo das feiras, junto com o NEPPA, a liderança da comunidade do Bento, a qual trabalha no sindicato dos trabalhadores rurais de São Sebastião do Passé e a Secretária de Agricultura do mesmo município. Houve um consenso das camponesas que seria impossível naquele momento para elas acessar algum edital do PNAE, visto que não conseguiriam organizar sua produção para atender regularmente ao cardápio diversificado solicitado nos editais. Desta maneira, o coletivo NEPPA compreendeu que não se fazia mais o momento de avançar o debate sobre a temática. Contudo, se faz necessário apontar que em orientações com diferentes órgãos, conseguimos entender que o cardápio solicitado pela prefeitura não é algo fixo, mas que ele deve se adequar à realidade do local, solicitando o que é comumente produzido na localidade e que as comunidades têm total autonomia para pautar que a produção delas seja contemplada na solicitação do cardápio. Isso exige uma organização maior, pois é preciso que as comunidades, junto às lideranças de brigada do MST, pautem a necessidade dentro das próprias prefeituras, caso contrário a realidade implica na inaudibilidade por parte dos órgãos públicos. Há também uma possibilidade dos produtores contribuírem somente com o fornecimento de algum item do cardápio e assim garantir uma produção regular de apenas um ou alguns produtos. Outro entrave também é que o processo seletivo pode ser feito tanto para pessoas físicas, como para pessoas jurídicas, entretanto é de praxe das prefeituras priorizarem exclusivamente a confecção de editais com inscrição de pessoa jurídica, que nesta forma se dá através de cooperativas. A organização cooperativada é um processo mais elevado dentro da luta social e na realidade das comunidades, ainda é um horizonte um pouco distante e por isso mesmo, a própria organização para o acesso ao edital acabou antes de ser efetivada. Apesar dos camponeses estarem cientes de todos esses aspectos e termos conseguido repassar gradativamente essas informações, o posicionamento dos coletivos de produção não foi favorável. Optamos então, pelo recuo momentâneo do debate. Tomando assim, como estratégia a continuidade do fortalecimento da produção agroecológica para apresentar, de forma prática para os agricultores, as potencialidades da produção realizada por eles mesmos.

Scopinho apud Andrade (2007) aponta que a cooperação entre vizinhos e familiares dentro dos assentamentos extrapolam os limites da cooperação do dia a dia do trabalho. E isso confere mais resistência e permanência na organicidade dos assentamentos. Da mesma maneira, Andrade segue dizendo que esta forma de cooperação é bem mais aceita e praticada pelos assentados. Porque ela é mais informal, ao contrário de uma cooperação institucionalizada, que tende a demonstrar burocratização e perda da autonomia dos trabalhadores. Estas opiniões corroboram com a prática, pois a realidade do se tornar jurídico traz uma série de processos burocráticos, que ao mesmo tempo restringem as ações dos habitantes do assentamento. E como não é um processo ao qual eles estão acostumados. Eles tendem a refutar.

4.2. PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS

4.2.1. Biofertilizante

Em vista da consolidação da produção agroecológica, desde o início do trabalho, foram implementadas formações teórico-práticas em torno de técnicas agroecológicas. Já no ano de 2017, logo após a finalização do processo de construção da nova horta, construiu-se um biofertilizante. “Biofertilizantes são produtos naturais obtidos da fermentação de materiais orgânicos com água, na presença ou ausência de ar, muito usada para enriquecer o solo” (SILVA et al., 2007). Para isso, inicialmente introduziu-se uma formação lúdica sobre o que são micro e macro nutrientes e porque os fertilizantes químicos são insuficientes para as plantas. Posteriormente, houve uma explicação do que seria um biofertilizante e porque ele nutre a planta de forma mais completa. Por fim, produziu-se coletivamente o biofertilizante com ingredientes encontrados na própria comunidade. A forma escolhida para produzir a solução foi fermentação que permite a entrada de ar, pois exige menos materiais (Figuras 11 e 12). Ao final da confecção, foi organizado junto ao coletivo de produção um quadro de organização para mexer a solução. Ficou definido pelo próprio coletivo que um assentado de cada núcleo de base se revezaria por semana para o trabalho. Infelizmente durante os dias em que o NEPPA esteve fora da comunidade nem todos os assentados destacados cumpriram com sua

tarefa e a solução perdeu sua validade, acabando que ser descartada. Posteriormente houve a produção de um novo biofertilizante na comunidade do Recanto da Paz e a confecção houve a participação dos coletivos das duas comunidades (Figura 13).



Figura 11: Mutirão dos assentados junto ao coletivo NEPPA, para confecção do biofertilizante. Colocação dos ingredientes pelos assentados Bento (Fonte: NEPPA).



Figura 12: Mutirão dos assentados junto ao coletivo NEPPA, para confecção do biofertilizante. Mistura dos ingredientes e finalização do biofertilizante pelo integrante do coletivo NEPPA no BENTO (Fonte: NEPPA).



Figura 13: Mutirão dos assentados junto ao coletivo NEPPA, para construção do biofertilizante na comunidade do Recanto da Paz (Fonte: NEPPA).

4.2.2. Implantação do sistema de irrigação

Em 2019 observou-se que uma das grandes dificuldades para avançar na consolidação da produção agroecológica era a pouca disponibilidade de água. A água da irrigação é proveniente da EMBASA, a mesma usada para abastecer as casas. Contudo, há um racionamento, onde o abastecimento de água só ocorre em dias alternados e somente durante 3 horas por dia. Durante o inverno e outono, ocorrem grandes quantidades de chuva na região, por isso a água disponibilizada é suficiente. Todavia nos períodos de primavera e verão, as chuvas são bem mais escassas e a incidência solar é bem mais forte. Considerando que a produção principal da horta são hortaliças, nos períodos mais quentes as culturas sofrem muito porque carecem de ampla irrigação diária e também por serem muitos sensíveis ao sol, acabando por reduzir drasticamente a quantidade de hortaliças produzidas, bem como a diversidade e a qualidade delas. Sendo

assim, foram buscadas formas alternativas de captação de água a baixo custo. Entre o ano de 2018 até o início de 2020, trabalhou-se coletivamente em torno da construção de um sistema de captação de água da chuva semelhante ao modelo cisterna calçadão. Nesse modelo, foi construído um calçadão de concreto levemente inclinado para captar a água da chuva que precipita e armazená-la numa cisterna. Como a intenção é reduzir ao máximo os custos na produção das tecnologias foi aproveitada uma série de materiais que já existiam na comunidade. Para, além disso, este projeto foi auto-financiado pelo próprio coletivo de produção. Desta forma, a construção de uma cisterna foi substituída pela utilização de uma caixa d'água de 5.000 L, associada à construção de um calçadão de 25 m² (Figura 17). Para isso, foi desenvolvido um planejamento prévio envolvendo a identificação coletiva do melhor local para a construção, a medição da área, o levantamento dos materiais necessários e as formas de custeio. Válido ressaltar 3 aspectos deste trabalho: 1- o calçadão foi construído em um dos locais mais íngremes da área coletiva do assentamento, apesar de não ser o local mais próximo da atual horta coletiva, pode-se aproveitar a força gravitacional para a instalação do sistema de irrigação, o que diminuiria mais ainda os custos, além disso o local fica em frente a outra grande área (1.875 m²), a qual pretende-se usá-la para ampliação da horta, visto que ao longo desses anos alguns outros sujeitos declararam interesse por entrar no coletivo de produção, mas como a área atual é pequena – aproximadamente 750 m² – não caberia a inserção de mais pessoas (Figuras 14 e 15); 2- o trabalho foi executado inteiramente pela comunidade com o apoio do coletivo NEPPA (Figura 16); 3- para custear os materiais utilizados foi usada como estratégia, concernente na venda de uma rifa em que o prêmio seria uma cesta de produtos agroecológicos vendidos na própria Feira Agroecológica da Reforma Agrária (Figuras 18 e 19). A construção do sistema de captação conseguiu ser concluído, mas infelizmente o sistema de irrigação ainda não foi concluído, pois não há recursos suficientes para aquisição dos materiais restantes.



Figura 14: Projeto (croqui) de implantação do sistema de irrigação, horta coletiva e calçada do Bento (Fonte: NEPPA).



Figura 15: Mapa do projeto do sistema de irrigação para horta coletiva do assentamento Bento (Fonte: Google Earth).



Figura 16: Mutirão dos assentados junto ao coletivo NEPPA, para construção do calçadão do Bento (Fonte: NEPPA).



Figura 17: Implantação do calçadão na comunidade do Bento (Fonte: NEPPA).



Figura 18: Material de divulgação da rifa para implantação do sistema de irrigação do Bento (Fonte: NEPPA).



Figura 19: Material de divulgação do resultado da rifa para implantação do sistema de irrigação do Bento (Fonte: NEPPA).

4.2.3. Microorganismos Eficiente (E.M.)

No mesmo ano de 2019 foi aplicada uma oficina para confecção de protocolo de um inoculador de microbiologia nativa para melhoramento do plantio. Os Microorganismos Eficientes (E.M.) constituem um conjunto de organismos que, quando adicionados ao solo aumentam a diversidade microbiológica aceleram a degradação da matéria orgânica, bem como a disponibilização dos nutrientes às plantas favorecendo seu desenvolvimento (PUGAS et al., 2013). Isto faz com que os processos biológicos do sistema agrícola possam ser enriquecidos com a microbiota nativa. Assim como, o biofertilizante pode ser replicado por um tempo determinado, 6 meses, a partir de uma solução matriz.

Para tal experimento foi necessário, inicialmente, através do apoio de slides, apresentar o que é E.M., para que serve e como produzir (Figura 20), em seguida foi exibido um vídeo para reforçar e só então partiu-se para o trabalho prático. A confecção carecia do uso de arroz cozido, sem tempero, para servir de meio de cultura, então se usou 500g de arroz branco cozido, no qual 250g foi usado para o experimento no próprio local e 250g foi usado para o experimento acompanhado em casa. Dessa forma, o coletivo de produção junto ao NEPPA foi para a mata mais próxima, onde a serrapilheira foi afastada e parte do arroz foi colocado em um pedaço de bambu, apoiado no chão e em seguida coberto com a serrapilheira (Figura 21). A outra parte do arroz foi colocada numa garrafa PET de 1 L cortada ao meio. A garrafa, por sua vez, foi posta numa caixa de papelão preenchida com terra da mata de forma a deixar a boca da garrafa no mesmo nível da terra e, em seguida, todo o espaço restante da caixa foi coberto com serrapilheira (Figuras 22). A ideia é que o arroz servisse como meio de cultura para a microbiota que vive na serrapilheira, o arroz ganharia várias cores devido à presença de diversos microrganismos. Para isso ocorrer foi preciso esperar 15 dias. Sendo assim, uma pessoa da comunidade foi elegida pelo coletivo para acompanhar o experimento que foi deixado no local, enquanto a pessoa facilitadora da oficina acompanharia o outro experimento na própria casa. Foi decidido pelo coletivo de produção, que um jovem filho de uma das

integrantes do coletivo ficaria responsável por acompanhar o processo. Ao final de cada etapa ele reproduziria o que foi trabalhado pela pessoa facilitadora no outro experimento para que se pudesse ter 2 soluções confeccionadas.



Figura 20: Oficina com o coletivo de produção do Bento sobre o que são microorganismos eficientes e como produzi-los. (Fonte: NEPPA).



Figura 21: Colocação de arroz em pedaço de bambu para confecção de E.M. em área de mata no Bento (Fonte: NEPPA).



Figura 22: Confecção de E.M. a partir de arroz posto na garrafa PET e condicionado na caixa de papelão. (Fonte: NEPPA).

Como o intervalo entre uma ida a campo e outra dura cerca de um mês, não daria para cumprir o calendário das atividades do experimento, o qual era de 15 em 15 dias. Por isso as etapas intermediárias do experimento seriam feitas durante a Feira Agroecológica da UNEB, a qual ocorria semanalmente. Como os mesmos sujeitos que compõe o coletivo de produção do Bento participam da feira, isso não seria um problema, para além, o filho dessa assentada também estava participando da feira junto com a mãe, assim sua presença dele conseguiria ser garantida. Contudo, ele estava buscando se estabelecer no assentamento junto à sua família, mas para isso precisava de uma renda. E por esse mesmo motivo ele com uma semana que o experimento tinha começado, retornou para Salvador em busca de trabalho. A partir daí o trabalho na comunidade acabou se perdendo e somente se deu continuidade ao experimento acompanhado por mim. Após 15 dias, durante a Feira Agroecológica da UNEB o arroz foi retirado do

recipiente e separado por cores, cores escuras como cinza, preto e marrom foram descartadas, as cores mais vivas como vermelho, verde, amarelo, laranja possuíam os microrganismos interessantes para o trabalho (Figuras 23 e 24). Desta maneira, o meio de cultura já selecionado foi colocado num recipiente de 10 L e adicionado 5 L de água de torneira comum e 500 g de açúcar, de forma que os microrganismos pudessem se reproduzir. Este processo levou cerca de 15 dias para ocorrer, nele ocorreu fermentação e diariamente o recipiente tinha que ser aberto um pouco para escapar o gás produzido e reduzir a pressão interna do recipiente. Como a ida à campo levou mais de 30 dias para ocorrer, a finalização do experimento teve que ocorrer novamente durante uma feira. Assim, com a solução já pronta todo o processo de confecção foi retomado junto às feirantes e em seguida entregue à uma assentada do Bento para que pudesse ser utilizado na diluição de 1/10 L de água e pulverizado na horta. Infelizmente a assentada se esqueceu de repassar o material para o coletivo de produção e ele acabou se perdendo.



Figura 23: Visão aérea de experimento móvel para confecção de E.M. após 15 dias.



Figura 24: Visão do recipiente contendo arroz para confecção de E.M. após 15 dias.

4.3. AGROECOLOGIA, O ESTADO E AS FEIRAS AGROECOLÓGICAS

A Feira Agroecológica da Reforma Agrária teve seu início no ano de 2014 na UFBA, *campus* Ondina, Salvador/BA, como uma forma de escoar a produção das comunidades do Bento, Recanto da Paz e Maju. Além de gerar renda para os feirantes – grupo composto quase sempre exclusivamente por mulheres –, a feira tem como objetivo demarcar a bandeira da organização popular através dos movimentos sociais num espaço de formulação do pensamento crítico como a Universidade, levar comida saudável para a população por preços acessíveis. Atualmente a feira é composta pelas comunidades do MST e pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

A Feira Agroecológica da UNEB, *campus* I, Salvador/BA tem seu início em 2018, mas os camponeses do MST comercializam sua produção nesta universidade, localizada no bairro do Cabula, desde 2016, através de parcerias com professores do Departamento

de Ciências da Vida (DCV I). Em 2018, o Centro Acadêmico de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial (CAECDT) se somou ao processo e então surgiu a Feira Agroecológica da UNEB. Nessa feira, diferentemente da Feira Agroecológica da Reforma Agrária há outros sujeitos que comercializam seus produtos e que não estão organizados em movimentos sociais. Em tempos anteriores à pandemia ela ocorria semanalmente às quintas-feiras.

Nessas duas feiras os principais produtos comercializados são: alimentos *in natura* como frutas, verduras, hortaliças, semi-beneficiados como geladinhos, polpas de fruta, alimentos beneficiados como bolo, doces, pastas, temperos, café, flocos de milho para cuscuz, entre outros e plantas medicinais (Figura 2). Os principais critérios para comercialização dos produtos é que sejam oriundos da agricultura camponesa, agroecológicos e de áreas de reforma agrária – no caso do MST.

Como já foi descrito em momentos anteriores, o trabalho com as comunidades em relação às feiras nasceu em 2014 com a Feira Agroecológica da Reforma Agrária (Figura 25) e, em 2018, com a Feira Agroecológica da UNEB (Figura 26). Para além do trabalho em torno da produção agroecológica em áreas coletivas nas comunidades, as atividades relacionadas às feiras vêm sendo há um bom tempo uma das centralidades no trabalho de base do NEPPA, pois confere uma importância econômica para a produção, visto que gera renda para os assentados. Mas também se torna um norte político, porque consegue demarcar a presença dos movimentos sociais em locais importantes de formação de opinião. Não foi uma tarefa nada fácil de pô-las em prática, principalmente na UFBA. Para além da importante tarefa de organizar os camponeses e sua produção foi preciso fazer um enfrentamento ideológico contra o conservadorismo das elites que dominam as universidades. Para realizar tal enfrentamento foi necessário institucionalizar a feira, para impedir a expulsão física do espaço. Além de agir rigorosamente no controle da origem dos produtos, a fim de afirmar que são exclusivamente agroecológicos e de áreas de reforma agrária, visto que alguns clientes inicialmente duvidaram muitas vezes da origem dos produtos, chegando até a fazer análises laboratoriais com os mesmos. Os obstáculos foram muitos, mas com muito trabalho e organização popular pode-se afirmar que hoje esses são os acúmulos mais concretos do trabalho de base exercido pelo NEPPA, que ruma “pacientemente impaciente” ao poder popular (FREIRE in. PELOSO, 2012, p. 31).



Figura 25: Feira da Agroecológica da Reforma Agrária na UFBA (Fonte: NEPPA).



Figura 26: Feira da Agroecológica da Reforma Agrária na UNEB (Fonte: Feira da Agroecológica da Reforma Agrária da UNEB).

Graças à parceria com o CAECDT, o coletivo de produção consegue se locomover para as Feiras Agroecológicas da UNEB com o custeio da própria universidade, o que facilita bastante, pois elimina o custo com transporte e da possibilidade de aumentar um pouco as margens de lucro dos feirantes. Infelizmente na UFBA, a situação é completamente diferente. Inicialmente o transporte para a Feira Agroecológica da Reforma Agrária era custeado 100% pela universidade. Mas com pouco tempo esse custeio passou a ser de 15 em 15 dias e já há alguns anos o transporte universitário passou servir à feira somente uma vez por mês. Apesar dessa redução no transporte, a feira nunca deixou de ocorrer semanalmente, cabendo as/os feirantes o autofinanciamento do seu deslocamento. Desde o início de 2019, o transporte deixou de ser completamente financiado pela UFBA e passou ser custeado em sua totalidade pelos/as feirantes. Inicialmente tal realidade se apresentaria como uma possibilidade de autonomia do movimento social no seu próprio trabalho. Mas a realidade é que nas duas feiras não há vendagem suficiente para gerar bons lucros, muitas vezes a mercadoria volta porque pouca coisa foi vendida e o restante acaba se estragando. Além disso, os custos dos transportes são muito altos, pois apesar da distância não ser muito grande, as comunidades se localizam em áreas com estradas de barro em condições muito ruins. Desta forma, o custo para o coletivo das feiras autofinanciar os transportes (dois carros) para as feiras na UFBA durante um mês é de R\$ 2.400,00. Por muitas vezes eles/as acabam com uma vendagem com prejuízo, pois não conseguem nem pagar os custos com o transporte e ficam em dívida. Vale enfatizar também que, como já foi dito que, tanto o coletivo de produção das comunidades quanto o coletivo das feiras são compostos em sua maioria por mulheres e são estas mulheres que geralmente provém o sustento das suas famílias. Geralmente a vendagem nas feiras é única fonte de renda delas. Cortar o financiamento deste coletivo pode significar o encerramento das atividades, pois não há condições suficientes para o autofinanciamento e por mais que se tente, nenhum órgão público extra-universidade que foi solicitado ajuda pôde contribuir com o transporte de forma permanente. Apesar da atual conjuntura político-econômica do país não favorecer a educação pública, a universidade tem em seus princípios o compromisso com a sociedade e por este mesmo motivo que se faz necessário o entendimento da centralidade da UFBA na Feira Agroecológica da Reforma Agrária. Não à toa, que Andrade (2017, p. 152) aponta que para os assentamentos de reforma agrária do Brasil desenvolverem suas forças produtivas, é imprescindível que se demande do Estado. E

que o mesmo corresponda, associado a “um amplo programa de desenvolvimento rural com bases distintas do modelo dominante da agricultura brasileira”.

Com a chegada da pandemia ao Brasil, a instauração da quarentena em massa e o isolamento social, toda a dinâmica do trabalho das feiras também se modificou. Inicialmente elas pararam por completo. Mas foi também com a parceria do CAECDT que as duas feiras se uniram para criar um sistema de entregas. As entregas são feitas quinzenalmente, nesse intervalo os feirantes elaboram uma lista com os produtos que estarão disponíveis para venda. Essa lista é divulgada eletronicamente e os clientes elaboram seus pedidos, transferem o valor total e vão fazer a retirada em dois pontos de entrega (UNEB ou UFBA) (Figura 27 a 29). Apesar dos desafios do ineditismo deste sistema para todos os coletivos envolvidos, o trabalho vem sendo realizado com sucesso. Há uma possibilidade que ele permaneça junto com as feiras presenciais após a pandemia, mas isso por enquanto ainda é uma incógnita.

As Feiras Agroecológicas da UNEB e da Reforma Agrária estão entregando alimentos saudáveis e sem agrotóxicos

ENCOMENDE JÁ A SUA CESTA

Envie um e-mail para feiraagroecologica@uneb.br para requisitar os produtos disponíveis e encaminhar o seu pedido.

Você receberá um e-mail com a confirmação do pedido e endereço de retirada.

Pronto! É só buscar no dia, na UFBA ou na UNEB, como combinado.

Atenção: As entregas ocorrem nas quinta-feiras, contudo os pedidos só são aceitos até a Segunda-feira da mesma semana.

Figura 27: Material de divulgação do sistema de entrega das feiras (Fonte: NEPPA).



Figura 28: Sistema de entregas da produção agroecológica, durante a pandemia na UFBA (Fonte: NEPPA).



Figura 29: Sistema de entregas da produção agroecológica, durante a pandemia na UNEB (Fonte: Feira Agroecológica da UNEB).

Para além do sistema de entregas, o NEPPA se debruça em outra tarefa durante o ano de 2020. Conseguimos a contemplação das comunidades que fazem parte das feiras, Bento, Recanto e Maju, em um edital emergencial para auxílio de comunidades durante a pandemia. Nesse edital, as comunidades foram contempladas com recursos para implementação de um sistema informacional de comunicação, envolvendo instalação de internet móvel via sinal telefônico, notebook e impressora, além de cestas básicas, kits de higiene para uso pessoal e limpeza de embalagem dos produtos escoados e kits que auxiliam na produção como, por exemplo, sementes para plantio, adubo orgânico e aves de postura. Esse processo é muito importante não somente porque irá auxiliar economicamente as famílias do coletivo das feiras, mas porque revolucionará a comunicação nas comunidades. As localidades ainda possuem um sistema de comunicação bem precário, onde quase não há sinal telefônico disponível e com menos facilidade ainda se consegue uma rede de comunicação via internet. Isto gera uma série de problemas para organização do trabalho de base, das feiras e agora do sistema de entregas, o qual necessita diretamente de um sistema de comunicação efetivo. Para isso, serão instalados repetidores de sinal telefônico que são capazes de ampliar o sinal para as comunidades e serão adquiridos também planos telefônicos com internet. Desta maneira não só o coletivo das feiras terá acesso à internet móvel, mas todas as comunidades, pois há outros habitantes que possuem *smartphones* e com isso também poderão se beneficiar com as novas instalações. Ademais, o coletivo NEPPA entrará com a contrapartida de cursos à distância sobre a utilização dos equipamentos eletrônicos adquiridos e sobre como acessar a internet. Atualmente o projeto encontra-se na fase de compra dos produtos.

4.4. CAMINHOS PARA A TRANSIÇÃO

Muitas são as dificuldades enfrentadas pelo trabalho de base. Para quem observa como terceiro, há de se analisar que muito tempo e energia são gastos, enquanto que se acumulam mais derrotas que vitórias. Talvez seja até um pouco de verdade, afinal a vida na sociedade capitalista da classe oprimida é marcada por desprivilegios. Isto não é natural, é um processo histórico que consolidou um sistema doente de sociedade. Na luta

do povo não é diferente. Uma vida lutando organizado em movimentos sociais não é uma vida de glórias, é uma vida de muito mais derrotas que vitórias. Porém, o que se encontra pelas casas dos assentados é a esperança de um mundo melhor. Muitas vezes a vida dentro de um Movimento Social não é um mar de flores, mas os relatos levam a entender que a vida antes da organização popular era muito mais difícil. Peloso (2012) aponta que a vida das massas populares é marcada pela disposição, coragem e criatividade contra acomodação, dependência e insegurança. A construção social do Brasil foi dada em cima da escravização do seu povo e o autor vai afirmar que a mentalidade ainda permanece como a de um escravo. Muitas dificuldades do não desenvolvimento de um trabalho iniciado junto com o NEPPA nas comunidades se dão, exatamente, por um misto de dependência com acomodação. Pois os trabalhos ganham muita força durante a presença do NEPPA nas comunidades, mas às vezes a falta de continuidade está ligada a uma forte timidez de algum camponês em passar seu entendimento para outro camponês. Porque como o restante da classe trabalhadora, não são estimulados à obterem o protagonismo das tarefas, principalmente as mais pedagógicas e acabam por entender que isto seria uma exposição para seus companheiros de luta. Ou então, há um sentimento que ninguém naquele local quer trabalhar e por isso não vale a pena se esforçar também. Entretanto Peloso (2012) segue afirmando que é aí onde o militante deve agir, indignado com tudo que fere o homem e sua humanidade, se doando, pondo sua alma em cada passo dado adiante até o fim de suas energias, mas sem perder o entendimento que trabalho sem objetivo e estratégia é trabalho inútil. Só a imersão na realidade associada ao amor pelo povo é capaz de romper as barreiras da alienação.

No livro *Revolução Agroecológica*, Sosa (2013) aponta a importância do Movimento Agroecológico de Camponês a Camponês (MACAC) na revolução da agricultura cubana, principalmente após o profundo embargo econômico que o país sofreu dos Estados Unidos. Foi usando o método Camponês a Camponês (CAC), o qual consiste no ensinamento dos conhecimentos de agricultura de um camponês para outro camponês que Cuba conseguiu revolucionar sua agricultura, de convencional para agroecológica e revolucionar as bases sociais do seu país. Desde esta socialização por meio do referido livro, que o NEPPA entende que não há método mais eficaz de avançar no processo produtivo e social ao mesmo tempo, se o povo não for agente de seu próprio processo educativo. Com ele camponês se empodera do processo produtivo, entende que é capaz

de transmitir seu conhecimento à um semelhante e faz com que o trabalho se massifique, pois como o próprio autor do livro coloca, “quando o camponês vê ele acredita”. É muito mais fácil um agricultor escutar os conselhos de outro agricultor do que escutar os conselhos de um técnico. Nesse caso, o NEPPA por vezes representa o papel desse técnico, pois nem sempre se têm as ferramentas necessárias para criar um espaço hegemonicamente participativo. A realidade em muitos momentos aponta para saídas menos pedagógicas e assim se vai trabalhando com o que se tem. Contudo, em 2012 o CAC foi uma realidade no trabalho de base do coletivo. De 04 a 10 de março de 2012 ocorreu o I Curso de Formação Agentes Multiplicadores em Agroecologia, no Assentamento Terra Vista. Estiveram presentes as comunidades Recanto da Paz, Santa Maria, Bento e Nova Panema. A formação teve como objetivo, associar a formação política com a formação prática em agroecologia. Visto que o Assentamento Terra Vista é uma referência em agroecologia em área de reforma agrária na Bahia e o tema ainda era muito novo tanto para os assentados das comunidades, quanto para o NEPPA porque o debate da agroecologia começou a ser inserido nas comunidades em 2011, apenas 1 ano antes. Desde então tal tarefa não conseguiu ser repetida, porém viabilizar atividades que se dirijam para a construção do MACAC nos assentamentos continua sendo um norte político para o NEPPA.

Os anos de 2017 e 2018 também foram marcados por diversas tentativas de realizar um intercâmbio com as comunidades, nas quais ocorre o trabalho de base atualmente. A ideia era levar os/as assentados e os/as militantes do NEPPA para participar de uma formação na Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto, localizada no extremo sul da Bahia, no Assentamento Jaci, mais precisamente no município de Prado/BA. A escola é uma das referências do MST na Bahia em formação e capacitação de educadores, agricultores e técnicos oriundos de áreas de Reforma Agrária. Dessa maneira, a formação tinha como objetivo a instrumentalização teórico/prática em agroecologia, primeiramente dos assentados da região metropolitana de Salvador e posteriormente do coletivo NEPPA. Contudo, a dificuldade financeira impediu o planejamento mais uma vez. Os custos para alguns dias de curso na escola eram muito altos do que o NEPPA tinha condições de financiar. Mesmo sendo um curso interno, ou seja, de MST para MST, há gastos com alimentação, dormitório, contribuição

financeira para os funcionários, entre outros. Então, tentou-se financiamento via editais, mas infelizmente não houve aprovação em nenhuma tentativa.

Outra grande dificuldade objetiva enfrentada pelo NEPPA em seu trabalho de base se dá pelo fato de as comunidades não terem nenhum tipo de assessoria técnica para orientar a produção. Isso acaba sendo um grande entrave no processo de consolidação dos sistemas agroecológicos, porque o coletivo é especializado em assessoria político-pedagógica e não em assessoria técnica agrícola. Portanto, a especialidade do trabalho se dá em torno da Educação Popular. A formação profissional de cada militante é um fator importante, pois auxilia bastante nas especificidades do trabalho, mas não é o fator determinante. Um estudante de agronomia é tão importante quanto um estudante de oceanografia, que é tão importante quanto aquele militante que nem formação superior tem. O mais importante para fazer parte do trabalho é amar o povo, se sentir parte dele e querer contribuir na organização popular.

Até 2014, o governo do Estado da Bahia era detentor da EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola). Uma empresa que há 23 anos era responsável por assistir tecnicamente toda a Bahia, desenvolvendo e melhorando técnicas de produção e de manejo. Contudo, em janeiro de 2015 ela foi substituída pela Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural (BAHIATER), a qual ficaria submetida à recém criada Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR). Além disso, houveram cortes de custo com pessoal, prédios, escritórios, estações experimentais e centros de formações. Para o diretor da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER) esta mudança representou a perda de conhecimentos técnicos e metodológicos sistematizados pelo corpo técnico ao longo de anos. Ademais, sofrem também o desenvolvimento da agricultura familiar e todo o serviço público de assistência técnica e de extensão rural, pois o processo de assistência se restringe exclusivamente ao processo de contratação de empresas privadas por meio de editais (ASBRAER, c2017). Infelizmente, as mazelas de tais modificações são sentidas na prática, porque não só as comunidades trabalhadas pelo NEPPA são carentes de assistência técnica e extensão rural, mas como muitas outras comunidades na Bahia, nas quais o NEPPA é convidado pelo MST a contribuir pontualmente. A região metropolitana de Salvador é a mais afetada nesse quesito, pois os grandes projetos financiados têm o foco nas comunidades do interior da Bahia, exatamente por estarem afastada da capital

tem menos condições de acessar os órgãos de fomento. Ironicamente, as grandes instituições públicas sofrem de falta de corpo técnico que supra a demanda da Bahia, assim como sofrem de falta de recursos e equipamentos. Sempre que diálogos são realizados, a impossibilidade de apoio permanente devido à falta de recurso, humano e financeiro é uma das justificativas apresentadas, a outra é que se deve aguardar a abertura de editais para receber a assistência solicitada junto com outros recursos. Infelizmente devido à ampla concorrência, a aprovação em tais editais também se torna uma realidade muito escassa. Este parágrafo serve principalmente para afirmar que sem o apoio do Estado não há autonomia popular e por mais que a conjuntura nunca favoreça as comunidades, pautar o apoio das instituições governamentais deve ser sempre uma estratégia no horizonte político dos movimentos sociais e conseqüentemente do NEPPA.

Apesar dos obstáculos é possível afirmar que o processo de transição agroecológica vem avançando. Conforme os níveis da transição agroecológica criados por Gleissman e citados por Caporal (2019), o Bento já pratica há muito tempo a substituição total de *inputs*, quer seja em áreas coletivas ou em áreas individuais. Ou seja, no quesito da produção encontra-se no segundo nível, pois pelas dificuldades anteriormente citadas não foi capaz ainda de redesenhar seu agroecossistema, o que aponta ainda para uma falta de equilíbrio dentro do sistema, apresentando problemas como baixa produtividade nos períodos secos, alta dependência de insumos orgânicos externos e acometimento de pragas (Figura 30). Todavia, os assentamentos Bento e Recanto da Paz já se encontram também no quarto estágio da transição agroecológica, visto que as comunidades estão auto-organizadas em feiras livres, escoando sua própria produção, sem atravessador, fazendo elas próprias o embate político-ideológico e contra-hegemônico, dialogando diretamente com a população. A possibilidade de habitar em diferentes estágios da transição agroecológica se dá exatamente pelo fato de que agroecologia não é um modelo fixo, mas regida por princípios. Garantindo possibilidade de uma evolução multilinear e gradual. Ainda há muito que se fazer tanto para as comunidades avançarem para o redesenho dos agroecossistemas, como para atingir um sistema agroecológico em cadeia global. Mas as certezas de um processo transformador, educativo e humanizado balizam as esperanças para poder seguir.



Figura 30: Ataque de praga na horta coletiva do Bento (Fonte: NEPPA).

4.5. O PAPEL DO BIÓLOGO

Por fim, gostaria de ponderar algumas observações. A biologia é tida como ciência que estuda a vida como um todo, desde o seu aspecto mais micro até as relações mais macro. Diante da pluralidade das interações apresentadas pelos paradigmas da agroecologia, é possível afirmar que um biólogo encontra-se em um campo muito fértil para atuação profissional. Considerando-se que a agricultura, mesmo a convencional, é determinada por múltiplos fatores e a agroecologia bebe da fonte do conhecimento ancestral pra mostrar que a vida é reguladora dela mesma. Um biólogo que deseja seguir por estes certames precisa ter ciência que não conseguirá executar tal tarefa, se não buscar um conhecimento interdisciplinar. É natural da agroecologia ser interdisciplinar, portanto se faz necessário que qualquer profissional que atue nessa área também seja. O trabalho exige que o profissional conheça o bioma local para trabalhar com base nas características naturais específicas, em segundo lugar o biólogo precisa entender das relações biológicas do cultivo, quais plantas são auxiliadoras, quais são inibidoras, caracterizar o tipo da área agricultável a partir de plantas indicadoras locais. Os certames

da agroecologia são infinitos e isto o que a torna bela. Entretanto muito dificilmente se encontrará esses e outros conhecimentos num curso de graduação convencional, por isso reitero a importância do profissional disposto a sair da sua zona de conforto. E como se não bastasse, é preciso retomar o valor político e humanizado de tal ciência. Por isso, o profissional nesta área deve ser do começo ao fim humano, militante e consciente que o conhecimento adquirido é apenas uma ferramenta de transformação social para uma sociedade livre de opressões, onde o povo tenha garantido o direito à vida, a comida saudável, barata e que parta de uma produção sustentável.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que houve a implantação de uma nova horta coletiva seguindo as práticas agroecológicas. Foi construído um sistema de irrigação alternativo para a horta coletiva, a organização de duas feiras livres e o melhoramento da comunicação remota nas comunidades. Verificou-se que: 1 – a comunidade pratica a substituição total de insumos (agrotóxicos e fertilizantes químicos); 2 – está auto-organizada e comercializa os produtos em feiras livres, escoando sua própria produção, sem intermediário; 3 – constatou-se que a comunidade preserva o meio ambiente com medidas agroecológicas. Com base nestas constatações, pode-se concluir que a partir do presente estudo, que a transição agroecológica é possível, mas prescinde de comunidades que lutem pela reforma agrária, pela agroecologia, por políticas públicas de Estado e de Governo, que assumam tais práticas. Além de apoio técnico e tecnológico e de condições de comercialização solidária dos produtos.

Conclui-se, ainda, que este conteúdo a respeito da Reforma Agrária e da Agroecologia deverá constar na formação dos biólogos, bem como, de um Programa de Transição do qual conste as principais reivindicações dos trabalhadores da cidade e do campo. Em tempos de destruição de forças produtivas, de pandemia/sindemia, deverá constar nas PAUTAS EMERGENCIAIS, para constituir-se em reivindicação permanente do Programa de Transição (TROTRSKY, 2009), para superação do sociometabolismo do capital rumo a outro modo de produção da vida.

O estudo suscitou novas investigações a respeito da transição agroecológica, suas tecnologias, da organização da agricultura familiar em áreas de reforma agrária e da Educação do Campo, na perspectiva da contribuição para a emancipação humana rumo ao socialismo.

A pandemia causada pelo COVID-19 implicou em mudanças drásticas no trabalho de base no ano de 2020. A princípio, o mesmo esteve paralisado e hoje só tem ocorrido de forma remota. As saídas para tal desafio ainda são incertas, até existir uma vacina que previna a doença e que essa mesma vacina seja amplamente difundida no mundo há um longo caminho por se percorrer. Nas comunidades, como já se é sabido, são compostas majoritariamente por idosos, ou seja, as comunidades do MST que o NEPPA realiza

trabalho de base estão no grupo de risco. Contudo, as mesmas comunidades ainda não possuem um grau elevado de autonomia e auto-organização. A assessoria periódica do NEPPA se faz fundamental. Talvez esperar até a liberação da vacina, signifique pôr em risco anos de trabalho duro em prol da organização popular. Por isso acredito que, a princípio, seria interessante que o coletivo crie estratégias para continuar acompanhando as comunidades mensalmente, mas com os devidos cuidados sanitários. Mantendo distanciamento social, evitando aglomerações, usando máscara todo o tempo e higienizando as mãos com água e sabão e álcool 70%.

Ademais, é importante salientar que para o assentamento Paulo Jackson conseguir avançar na transição agroecológica é preciso que seja dada continuidade à criação de estratégias para levantar recursos, a fim de concluir o sistema de irrigação da horta coletiva. A partir deste ponto, a produção começa a se consolidar mais. Em paralelo, implantar estratégias agroecológicas de geração de sobra em cima das leiras também se faz necessário. Todavia é importante demarcar que o sistema de irrigação que está sendo construído não comporta a necessidade hídrica da produção, mas como foi executado com os materiais que haviam disponíveis na própria comunidade, ao menos ele consegue exercer uma função emergencial. Por isso pensar a longo prazo num desenho de agroecossistemas que supra a necessidade hídrica do plantio é de fundamental importância. Há a necessidade também de buscar parcerias dentro e fora do MST, junto aos órgãos públicos para suprir a necessidade de assistência técnica e de extensão rural, visto que é uma área em que o coletivo NEPPA não consegue se debruçar tão a fundo, devido às várias demandas do Trabalho de Base. Mas compreendendo as dificuldades desta área do trabalho, oriento que os militantes do próprio coletivo devem seguir se formando individualmente nesta área e buscando entender formas de como fazer uma análise do solo, associada à correção do mesmo e posteriormente o uso de técnica de plantio direto para hortaliças. Além de todas as atividades executadas em torno da própria horta e do coletivo de produção, deve-se continuar pautando junto às universidades o apoio para a continuidade das feiras. Pois elas são parte fundamental da vida dos assentados e do ciclo de agroecologia.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/Fase. 1989.

ANDRADE, R. de A. MST e os limites das políticas públicas no Estado burguês. **Revista Florestan Fernandes**, São Carlos, ano 4, n. 6, p.145-160, 2017. Disponível em: <http://www.revistaflorestan.ufscar.br/index.php/Florestan/article/view/185>. Acesso em: 01/11/2020.

ASBRAER. **Governo da Bahia define pela extinção da EBDA**, 2017. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/775-governo-da-bahia-define-pela-extincao-da-ebda>. Acesso em: 22 out. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15/10/2020.

CALDART, R. et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAMPANHA NACIONAL CONTRA O USO DE AGROTÓXICOS E PELA VIDA. **Situação do Mercado de Agrotóxicos no Mundo e no Brasil**: Fontes oficiais de diversos estudos realizados por: BNDES, FIESP, SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, DIEESE E ANVISA. São Paulo: Campanha Nacional Contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida, 2012. Disponível em: <https://dados.contraosagrototoxicos.org/dataset/1cf6f9b9-23b7-4f9e-914b-c68ff816b68a/resource/a33b2ecc-d951-459f-bf16-787caa69d839/download/cartilha-dados-sobre-agrototoxicos--mundo-brasil--maio-12.pdf>. Acesso em: 17/08/2020.

CAPORAL, F. R. Agroecologia: redesenhando sistemas agroalimentares mais sustentáveis. In: LIMA, M. C.; OLIVEIRA, E. M. **Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional: Brasil e China em perspectiva**. Recife: Fasa, 2019, p. 241-269.

CAPORAL, F, R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.3, n.3, p.70-85. jul./set, 2002.

CARNEIRO, et al. **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Rio de Janeiro/São Paulo: Expressão Popular, 2015.

COSTABEBER, J. A. **Transição Agroecológica**: do produtivismo à ecologização. Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural. Emater. Porto Alegre, 1999. Disponível em: <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/ppgagro/wp-content/uploads/sites/519/2019/10/32.pdf>. Acesso em: 17/08/2020.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. E. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Santa Maria, 2000, p. 50–60. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/28.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2020.

DOMINGUES, M. S.; BERMANN, C. O Arco de Desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. **Ambiente & Sociedade**, v.15., n.2., 2012, p.1-22. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v15n2/02.pdf>. Acesso em: 17/08/2020.

FACHIM, E.; GUARIM, V. L. M.S. **Conservação da Biodiversidade**: Espécies da Flora de Mato Grosso. 1995, p.281-287. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/abb/v9n2/v9n2a08>. Acesso em: 06/10/2020.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, 2002, p. 36–51. Disponível em: <https://www.agrerverdes.com.br/biblioteca/biblioteca/Agroecologia/Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel%20e%20Agroecologia/Agroecologia%20e%20saber%20ambiental.pdf>. Acesso em: 05/10/2020.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/pedagogia_do_oprimido.pdf. Acesso em: 27/08/2020.

FLORIANI, N.; FLORIANI, D. Saber ambiental complexo: Aportes cognitivos ao pensamento agroecológico. **Revista Brasileira de Agroecologia**, 2010, p. 3–23. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/9529/6624>. Acesso em: 06/10/2020.

GONZAGA, V. Programas que fortalecem a agricultura familiar estão em risco na América Latina. **Brasil de Fato**: Petrolina, 2018. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2018/07/09/programas-que-fortalecem-a-agricultura-familiar-estao-em-risco-na-america-latina>. Acesso em: 01/11/2020.

GUIMARÃES, O. **A Arte do Trabalho de Base**, 2011. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/r2zj4249rzn9oz6/Artigo%20-%20A%20Arte%20do%20Trabalho%20de%20Base.pdf>. Acesso em: 27/08/2020.

IBGE. **Em 11 anos agricultura familiar perde 9,5% dos estabelecimentos e 2,2 milhões de postos de trabalho**, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Acesso: em 22/08/2020.

INEMA. **Caderno II de Regiões de Planejamento e Gestão das Águas do INEMA**, 2009. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/rpgas/>. Acesso em: 22/08/2020.

LA VIA CAMPESINA. **De Maputo a Yakarta: 5 Años de agroecología en La Vía Campesina.** Jakarta: La Via Campesina, 2013.

LA VIA CAMPESINA. **Agroecología Campesina por la soberanía alimentaria y la madre tierra: Experiências de La Vía Campesina.** Waterfalls: La Via Campesina, 2015.

LOPES, T. G. R. **Tecnologia Social, gestão local das águas e agroecologia:** um estudo nos assentamentos São João e Terra Vista, Bahia. Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Engenharia - Escola Politécnica Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2016.

MARX, K. **O Capital** – vol. I. São Paulo: Boitempo, 2013. Disponível em: <https://coletivocontracorrente.files.wordpress.com/2013/10/tmps7j7bv.pdf>. Acesso em: 17/08/2020.

MATHEUS, A. **PAA e PNAE:** programas promissores, mas ainda aquém do necessário. Rio de Janeiro: Boletim MST Rio, 2011. Disponível em: <https://boletimmstrij.mst.org.br/paa-e-pnae-programas-promissores-mas-ainda-aquem-do-necessario/>. Acesso em: 01/11/2020.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital:** Rumo a uma Teoria da Transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIRANDA, C. L. **Estágio Interdisciplinar de Vivência e Intervenção Bahia:** aprendizados e desafios de uma experiência de educação libertadora. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Educação - Departamento de Educação – Campus I. Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2017.

MOLION, L. C. B. Aquecimento global: uma visão crítica. **Revista Brasileira de Climatologia.** v.3, 2008. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/revistaabclima/issue/view/1182>. Acesso em: 05/10/2020.

MEEK, D. **The cultural politics of the agroecological transition.** Agriculture and Human Values. v. 33, 2016, p.275–290. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-015-9605-z>. Acesso em: 25 mai. 2020.

MELITO. No governo Bolsonaro, compras públicas de alimentos viram lenda. **Brasil de Fato,** 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/01/28/no-governo-bolsonaro-compras-publicas-de-alimentos-viram-lenda>. Acesso em: 01/11/2020.

MST. **Programa agrário do MST.** VI Congresso Nacional do MST, 2014. Disponível em: <https://mstbrasilien.de/wp-content/uploads/2014/02/Cartilha-Programa-agr%C3%A1rio-do-MST-FINAL.pdf>. Acesso em: 26/10/2020.

NASCIMENTO, N. Brasil consome 20% dos agrotóxicos altamente tóxicos do mundo, revela relatório. **Campanha Nacional Contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida,** 2019. Disponível em:

<https://contraosagrototoxicos.org/brasil-consome-20-dos-agrototoxicos-altamente-toxicos-do-mundo-revela-relatorio/>. Acesso em: 17/08/2020.

NEPPA. **Cartilha nº 1.** Salvador, 2010. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/cp1nn35rlnk6yi0/Cartilha%2Bdo%2BNEPPA%2B1%2B-%2Binternet.pdf>. Acesso em: 17/08/2020.

NEPPA. **Cartilha nº 2.** Salvador, 2016.

NEPPA. **Relatos do I Encontro de Trabalho de Base, Cruz das Almas**, 2013. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/yzf47kcu05uuqc7/l%20Encontro%20de%20Trabalho%20de%20Base%20-%20Cruz%20das%20Almas%20CBA%20%281%29.pdf?dl=0>. Acesso em: 27/08/2020.

OLIVEIRA, M. A. J. et al. Agroecologia e agrotóxicos: as percepções da população soteropolitana. **Revista Macambira**. v. 4, n. 2, 2020. Disponível em: <http://revista.laprudes.net/index.php/RM/article/view/444/435>. Acesso em 23/11/2020.

PELOSO, R. **Trabalho de Base**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PUGAS, A. da S.; GOMES, S. S.; DUARTE, A. P. Efeito dos Microrganismos Eficientes na taxa germinação e no crescimento da Abobrinha (*Curcubita Pepo* L.). **Cadernos de Agroecologia**. v. 8, n. 2, 2013. Disponível em: <file:///C:/Users/Maria/Downloads/13787-1-62322-1-10-20131218.pdf>. Acesso em: 21/10/2020.

SANTOS, C. F. dos. **Agricultura Familiar nos Territórios Baianos**: O Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável do Banco do Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9278/1/TCC%20CAMILA%20FERREIRA%20DOS%20SANTOS.pdf>. Acesso em: 01/11/2020.

SOSA, B. M. et al. **Revolução Agroecológica**: o Movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

TOOGE, R. Governo libera o registro de 25 agrotóxicos genéricos e 2 pesticidas biológicos inéditos para uso dos agricultores. **Globo 1**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/06/16/governo-libera-o-registro-de-25-agrototoxicos-genericos-e-2-pesticidas-biologicos-ineditos-para-uso-dos-agricultores.ghtml>. Acesso em: 17/08/2020.

SILVA, A. F.; PINTO, J. M; FRANÇA. C. R. R. et al. **Preparo e Uso de Biofertilizantes Líquidos**. Embrapa, 2007. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/153383/1/COT130.pdf>. Acesso em: 17/08/2020.

STEDILE, J. P. **Experiências históricas de Reforma Agrária no Mundo – V.1.** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

TROTSKY, L. **Programa de Transição:** O Programa da Revolução. Brasília: Nova Palavra, 2009.